



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Panorama RS

DESAFIOS ESTRUTURAIS E POLÍTICAS DE ESTADO

OUTUBRO | 2026



Sumário

1. Cenário fiscal
2. Reforma tributária
3. Segurança
4. Educação
5. Saúde
6. Desenvolvimento e investimentos
7. Eventos climáticos extremos

1. CENÁRIO FISCAL

GRANDES DESAFIOS DAS CONTAS PÚBLICAS

1. Despesa de Pessoal e Encargos

- ▶ Elevada proporção do gasto de pessoal sobre a RCL.
- ▶ Custo elevado com déficit previdenciário.
- ▶ Dificuldade de reposição de pessoal.

2. Investimentos e ODCs

- ▶ Ampliação de investimentos e demais políticas públicas.

3. Passivos históricos

- ▶ Dívida com a União
- ▶ Precatórios
- ▶ Caixa Único e Depósitos Judiciais
- ▶ Mínimos da Saúde e Educação

4. Receita e crescimento

- ▶ Crescimento da base de arrecadação para acompanhar aumento de despesas.

DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

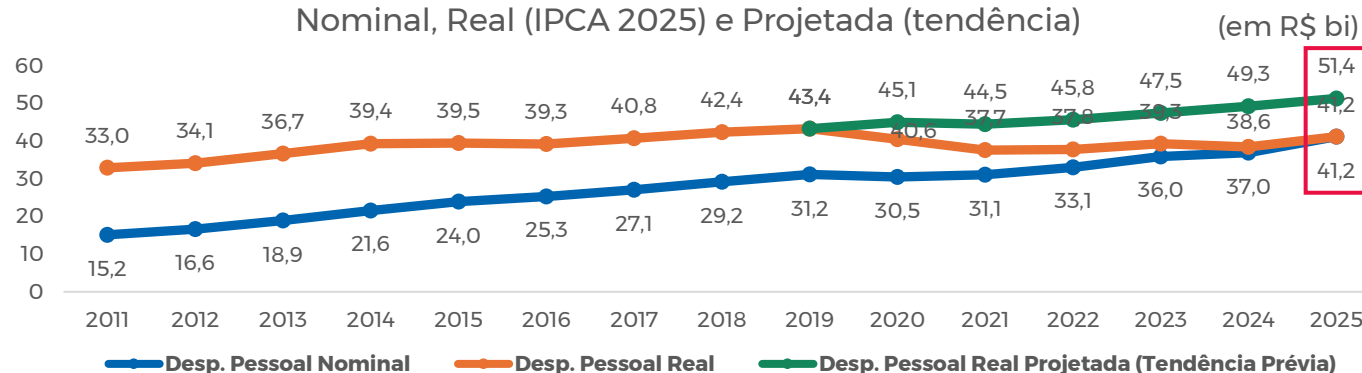
Medidas de Estado

- ▶ Reforma administrativa e previdenciária.
- ▶ Reforma de carreiras.
- ▶ Controle nas despesas obrigatórias.

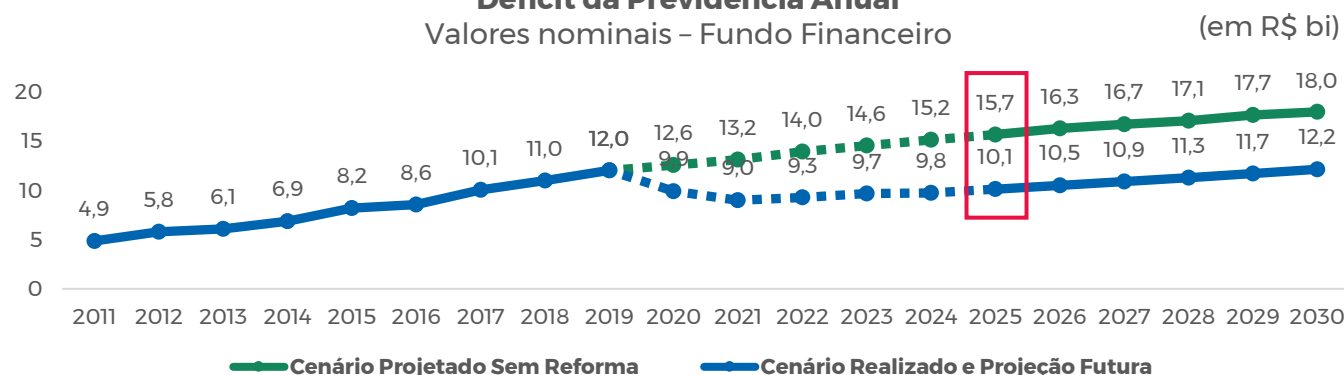
Ponto de atenção:

- ▶ Em julgamento no STF diversas ADIs que questionam a reforma da previdência (EC Federal 103/2019 e leis estaduais).
- ▶ Possíveis riscos:
 - Inconstitucionalidade da ampliação da base de contribuição (do teto do RGPS para 1 s.m.): impacto de **-R\$1,1 bi** por ano.
 - Isenção de contribuição previdenciária de todos aposentados e pensionistas: impacto de **-R\$ 2,09 bi** por ano.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais
Nominal, Real (IPCA 2025) e Projetada (tendência)



Déficit da Previdência Anual
Valores nominais – Fundo Financeiro



Fonte: Relatório de Pessoal 2025 do Tesouro do Estado (SEFAZ/RS) e ASTEC-GG.

Desp. Pessoal: todos os Poderes. Valores corrigidos a preços de 2025 pelo IPCA. Exercício de projeção estimado a partir da mediana de crescimento da despesa de pessoal e encargos sociais do período de 2011 a 2019 (8,7%).

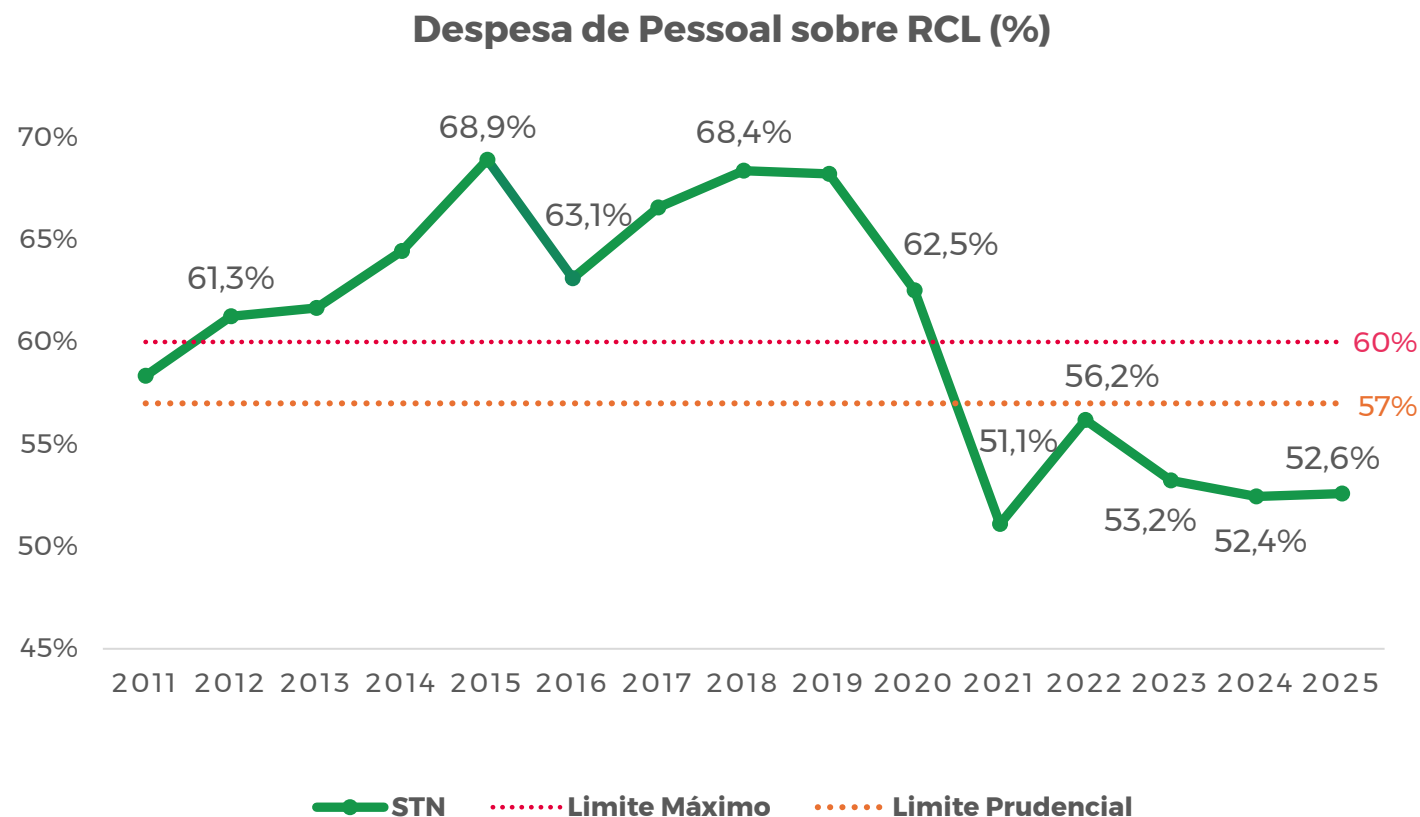
Previdência: cenário projetado sem reforma, considera a evolução do déficit projetado conforme Avaliação Atuarial de 2020, anterior à adoção das reformas previdenciárias de 2019 e 2020. Período de 2026-2030 do cenário realizado com variação esperada do IPCA conforme Relatório Focus do BACEN.



DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Desafios

- Manter a despesa de pessoal abaixo dos limites permitidos, sem precarizar a força de trabalho.

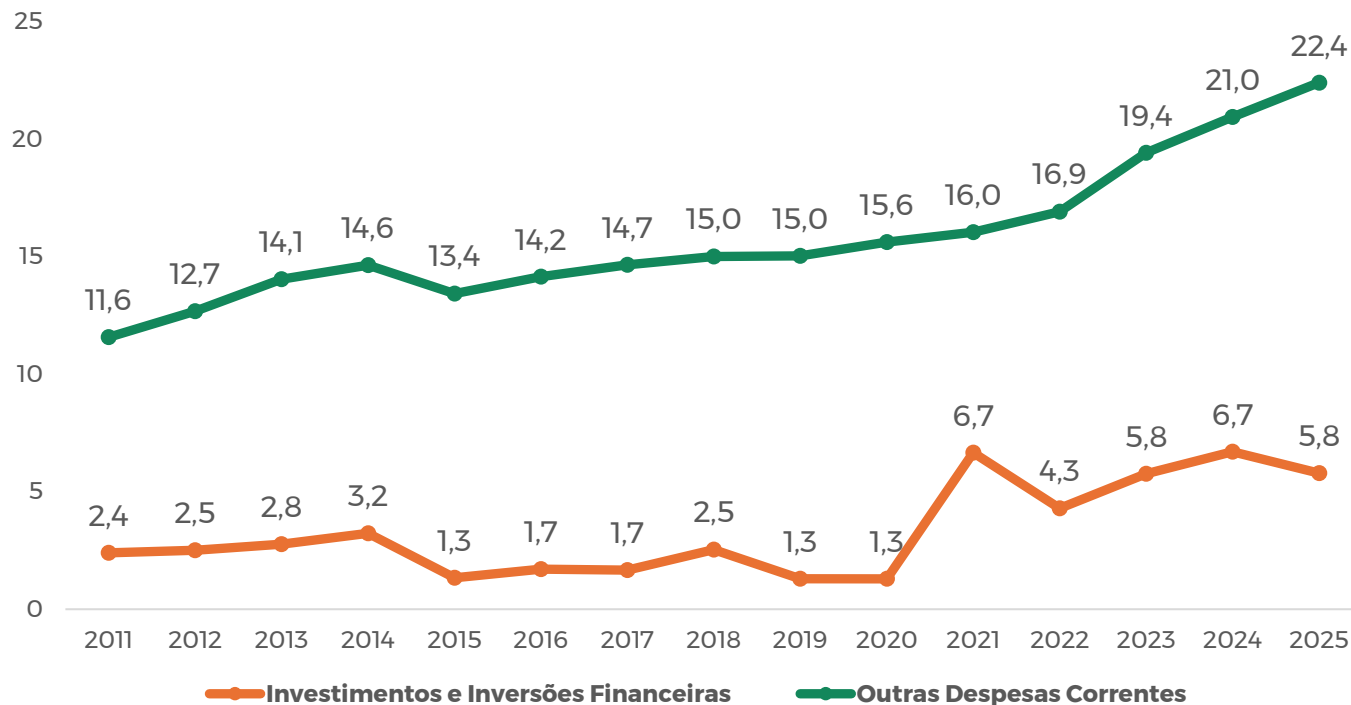


INVESTIMENTOS E ODCs

Desafios

- ▶ Superar a dependência de receitas extraordinárias para investimentos.
- ▶ Pressão para contínua ampliação de serviços e programas públicos.

Execução Orçamentária de Investimentos Amplos e ODCs
2011 a 2025 em valores reais – todos os poderes



INVESTIMENTOS E ODCs

Desafios

- ▶ Ampliação e manutenção de programas e políticas públicas.
- ▶ Investimentos realizados tornam-se ODCs.

Notas: dados para Poder Executivo, administração direta e indireta. Valores corrigidos a preços de 2025 pelo IPCA.
Fonte: SEFAZ/RS e ASTEC-GG.

* Estão incluídas as despesas de conservação e demais contratos escolares, como de energia elétrica, água e esgoto, serviços gerais, vigilância e outros.

(em R\$, valores reais)

	Despesa (ODC)	2018	2025	%
Educação	Obras, reformas, manutenção e conservação*	234 mi	388 mi	66%
	Transporte Escolar (PEATE)	293 mi	316 mi	8%
	Uniforme escolar e Pé no Futuro	---	306 mi	---
	Alimentação escolar	152 mi	265 mi	75%
	Autonomia financeira	90 mi	179 mi	98%
	Todo Jovem na Escola	---	156 mi	---
	Vale-refeição e outros auxílios	256 mi	325 mi	27%
Saúde	IPÊ Saúde (assistência à saúde)	2,92 bi	3,28 bi	12%
	Atenção à média e alta complexidade	1,53 bi	1,82 bi	19%
	Assistir (cofinanciamento hospitalar)	1,11 bi	1,46 bi	31%
	Cofinanciamento de hospitais próprios	219 mi	274 mi	25%
	Auxílio para piso da enfermagem	---	139 mi	---
Segurança	Operação dos serviços e Gestão de TIC do Detran	849 mi	1 bi	19%
	Manutenção do sistema prisional	261 mi	354 mi	35%
	Vale-refeição e outros auxílios (BM, PC, IGP, CBM, OC)	110 mi	234 mi	113%



PASSIVOS HISTÓRICOS

DÍVIDA COM A UNIÃO

- ▶ **Instrumentos:** RRF, LC 206/24 e Propag.
 - Em negociação a adesão plena ao Propag, dentro do ‘Pacote 1’:
 - Condições: 20% amort. ext., 0% de juros reais, 1% em desp. específicas e 1% ao FEF.
 - Limite para adesão: maio de 2027.
 - **LC 16.408/25:** autoriza a adesão ao Propag.
- ▶ **Ativos ofertados para amortização do Propag** (em discussão com a União): Ação Judicial de IR da Corsan, % Receitas FNDR (2029 a 2055) e % Receitas FPE (2032 a 2056).
- ▶ **Ponto de atenção:** Propag ajuda, mas seguirá uma obrigação de pagamento anual vultosa.
- ▶ **Desafios:** pagamento da dívida (+) mínimos da saúde e da educação (+) manutenção de políticas públicas e investimentos.

* No Propag, estão considerados o serviço da dívida com a União, as operações garantidas pela União, a transferência ao Fundo de Equalização Federativa e as amortizações extraordinárias. Em 2027, o valor referente ao Propag se acentua por amortização extraordinária prevista com crédito judicial da Corsan. Desconsiderando a amortização extraordinária em questão, o ganho em relação ao RRF em 2027 seria de R\$ 2,147 bilhões. Não está considerada a aplicação de 1% em despesas específicas, já que será realizada dentro do próprio Estado. Taxa de desconto das amortizações do Propag conforme IPCA, sendo este o formato apresentado no momento da adesão.
Fonte: SEFAZ/RS. Valores a preços correntes, conforme respectivos indexadores.

Fluxo anual de pagamento da dívida com a União: comparativo RRF e Propag (Pacote 1)

(em R\$, valores atuais)

Ano	RRF	Propag*	Diferença	Acumulado
2027	3.864.945.118	4.147.936.484	- 282.991.366	- 282.991.366
2028	7.322.126.428	3.375.979.570	3.946.146.858	3.663.155.493
2029	8.226.736.204	4.135.674.377	4.091.061.827	7.754.217.320
2030	9.226.284.079	5.105.046.532	4.121.237.547	11.875.454.867
2031	9.920.695.933	6.037.656.642	3.883.039.291	15.758.494.158
2032	10.325.455.306	7.143.200.371	3.182.254.935	18.940.749.094
2033	10.550.737.312	7.252.478.024	3.298.259.288	22.239.008.381
2034	10.766.957.531	7.305.710.602	3.461.246.929	25.700.255.310
2035	11.069.927.926	7.436.949.049	3.632.978.877	29.333.234.187
2036	11.382.275.286	7.568.192.461	3.814.082.825	33.147.317.012
2037	11.703.112.596	7.697.863.435	4.005.249.161	37.152.566.173
2038	12.924.652.387	8.717.382.188	4.207.270.199	41.359.836.372
2039	12.281.638.567	7.860.607.496	4.421.031.072	45.780.867.444
2040	12.642.590.415	8.445.955.377	4.196.635.037	49.977.502.481
2041	12.996.385.498	8.548.277.400	4.448.108.098	54.425.610.579
2042	13.281.179.111	8.563.030.483	4.718.148.628	59.143.759.207
2043	13.674.226.929	8.665.254.315	5.008.972.614	64.152.731.821
2044	14.022.832.777	8.682.347.650	5.340.485.128	69.493.216.948
2045	14.443.466.010	8.745.441.384	5.698.024.626	75.191.241.575
2046	14.876.721.949	8.791.423.792	6.085.298.157	81.276.539.732
2047	15.322.974.125	8.815.990.997	6.506.983.128	87.783.522.860
2048	9.420.962.693	8.813.468.610	607.494.083	88.391.016.943
2049	6.475.349.371	8.776.140.300	- 2.300.790.929	86.090.226.013
2050	6.669.588.314	8.693.184.102	- 2.023.595.788	84.066.630.225
2051	6.869.653.779	8.548.704.434	- 1.679.050.655	82.387.579.570
2052	4.693.872.921	8.317.990.374	- 3.624.117.452	78.763.462.117
2053	-	7.959.355.574	- 7.959.355.574	70.804.106.543
2054	-	7.393.541.611	- 7.393.541.611	63.410.564.931
2055	-	6.436.169.523	- 6.436.169.523	56.974.395.409
2056	-	2.910.813.738	- 2.910.813.738	54.063.581.670
2057	-	1.229.816.204	- 1.229.816.204	52.833.765.467



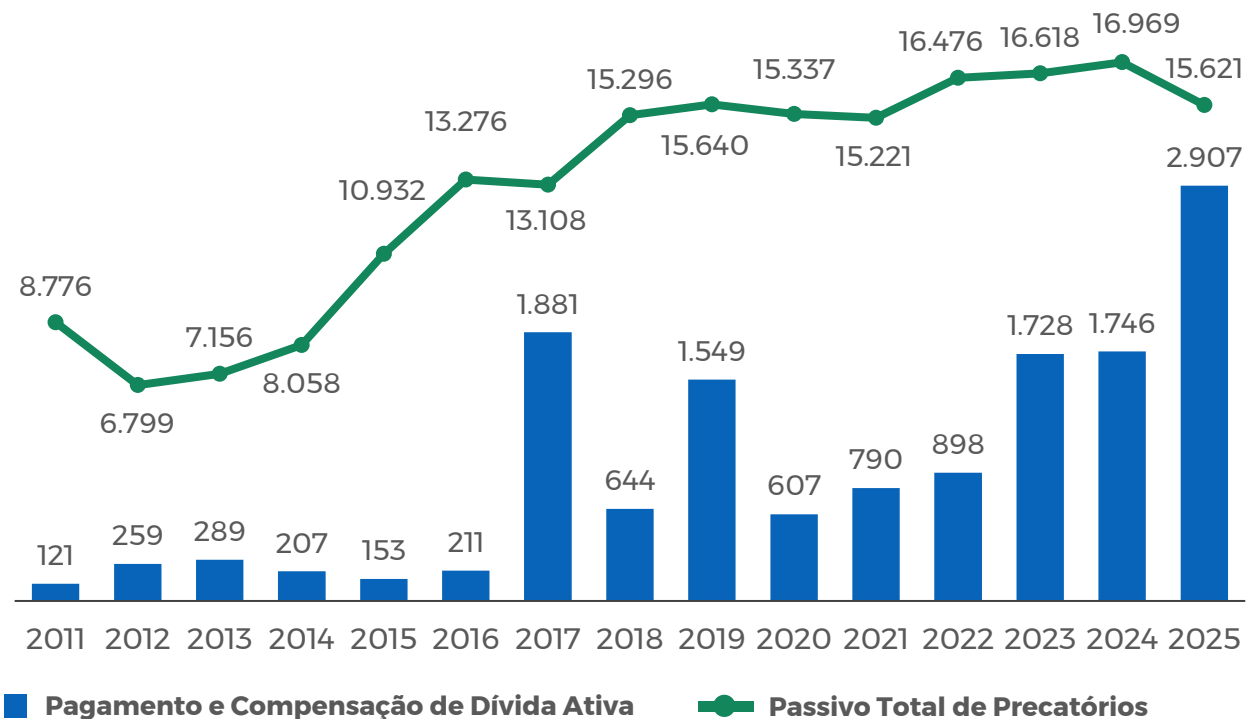
PASSIVOS HISTÓRICOS

PRECATÓRIOS

- **Desafios:** necessidade de manter níveis elevados de pagamentos anuais para quitar o estoque.
- **Ponto de atenção:** em julgamento ADI 7873 no STF, ajuizada pela OAB, a respeito das novas regras aprovadas na EC nº 136/2025 (juros menores e alongamento do prazo de pagamento).

Pagamentos e compensação de dívida ativa e passivo total de precatórios
2011 a 2025 – valores nominais

(em R\$ milhões)



Fonte: SEFAZ/RS (estoque 2004-2024 e pagamentos 2004-2020), SADIPEM (STN)(estoque 2025) e Portal Precatórios RS (pagamentos 2021-2025, retirado em 03/02/26).

Notas: a) em 2017 e 2019 foram registrados pagamentos realizados em exercícios anteriores; b) A informação do passivo total de precatórios tem como origem os Tribunais (TJ, TRF e TRT), entretanto a variação no exercício de 2012, em que ocorreu redução de saldo sem pagamentos significativos, indicam inconsistência no dado desse exercício.



PASSIVOS HISTÓRICOS

DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAIXA ÚNICO

- ▶ **Desafios:** necessidade de manter adequada alocação dos recursos disponíveis nas contas de depósitos judiciais do Estado e no SIAC.
- ▶ **Medidas de Estado**
 - Recomposição dos saldos dos depósitos judiciais.
 - Novo SIAC:
 - clareza e transparência no uso dos recursos do Caixa Único (LEC nº 16.356/2025);
 - proteção aos saldos dos órgãos e entidades vinculadas;
 - definição de volume mínimo de aplicação.
 - Estado agora depende do que arrecada.

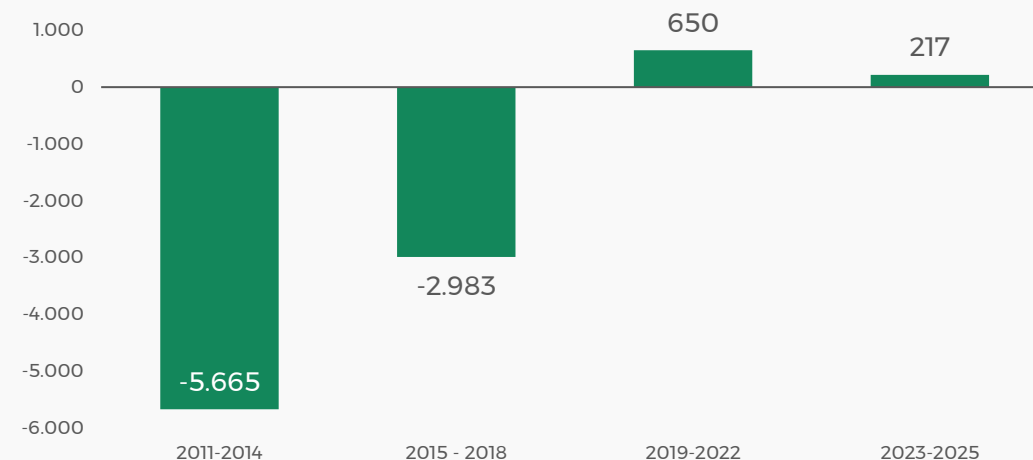
Fonte: Balanço Geral do Estado, SEFAZ/RS e Relatório de Transparência Fiscal, SEFAZ/RS. Valores nominais.

Nota: em 2022, foram desconstituídos R\$ 482 milhões de depósitos judiciais.

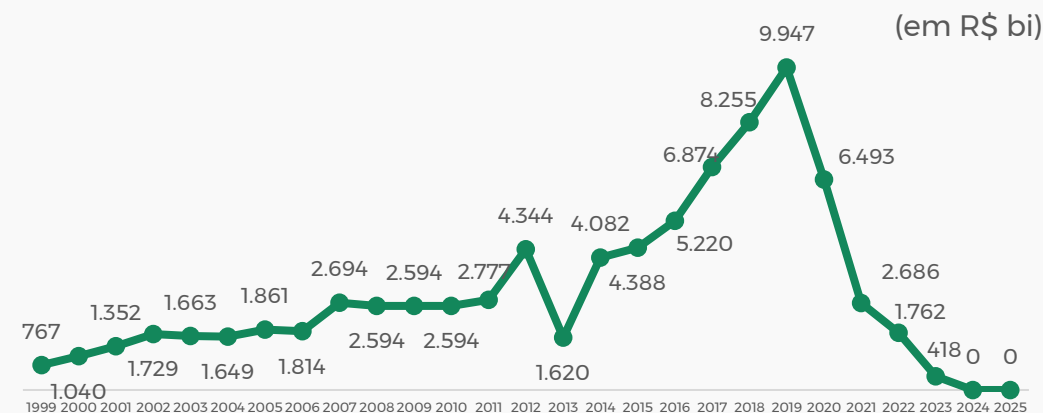
Nota: valores para o último dia útil de cada ano do Caixa Único.

Balanço de Depósitos Judiciais de Terceiros Utilizados pelo Estado 2011 a 2025 - valores nominais

(em R\$ mi)



Dívida do Caixa Único (SIAC) 1999 a 2025

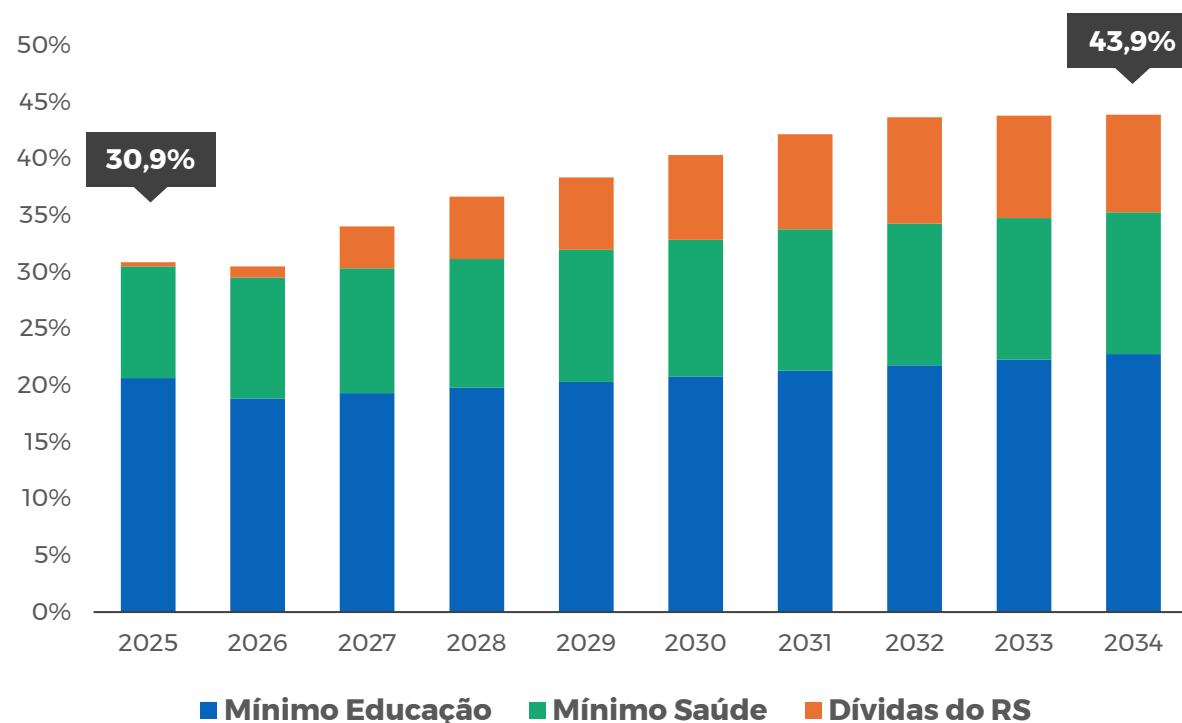


PASSIVOS HISTÓRICOS

MÍNIMOS SAÚDE E EDUCAÇÃO

- **Medida da Estado:** cumprimento dos acordos com o Ministério Público para pagamento dos mínimos da saúde e da educação, com elevação gradual de comprometimento da RLIT. Prazos:
 - Saúde: 2025-2030;
 - Educação: 2025-2039.
- **Desafios:** retomada do serviço da dívida consumirá elevada parcela da RLIT, com consequente redução de espaço fiscal para demais despesas do Estado.

Comprometimento da RLIT com mínimos e dívida
2025 executado | 2026-2034 projetado



Notas: a RLIT (Receita Líquida de Impostos e Transferências) compreende as receitas de impostos estaduais e transferências constitucionais e legais, após deduções de transferências de cota-parte aos municípios. Mínimos da saúde e da educação consideram despesas para cumprimento dos mínimos constitucionais, seguindo termos de autocomposição com o MP. Dívida do RS abrange o serviço da dívida e as amortizações extraordinárias do Propag, o pagamento ao FEF (1%) do Propag e o pagamento de serviço de outras dívidas do RS (com instituições multilaterais, por exemplo).

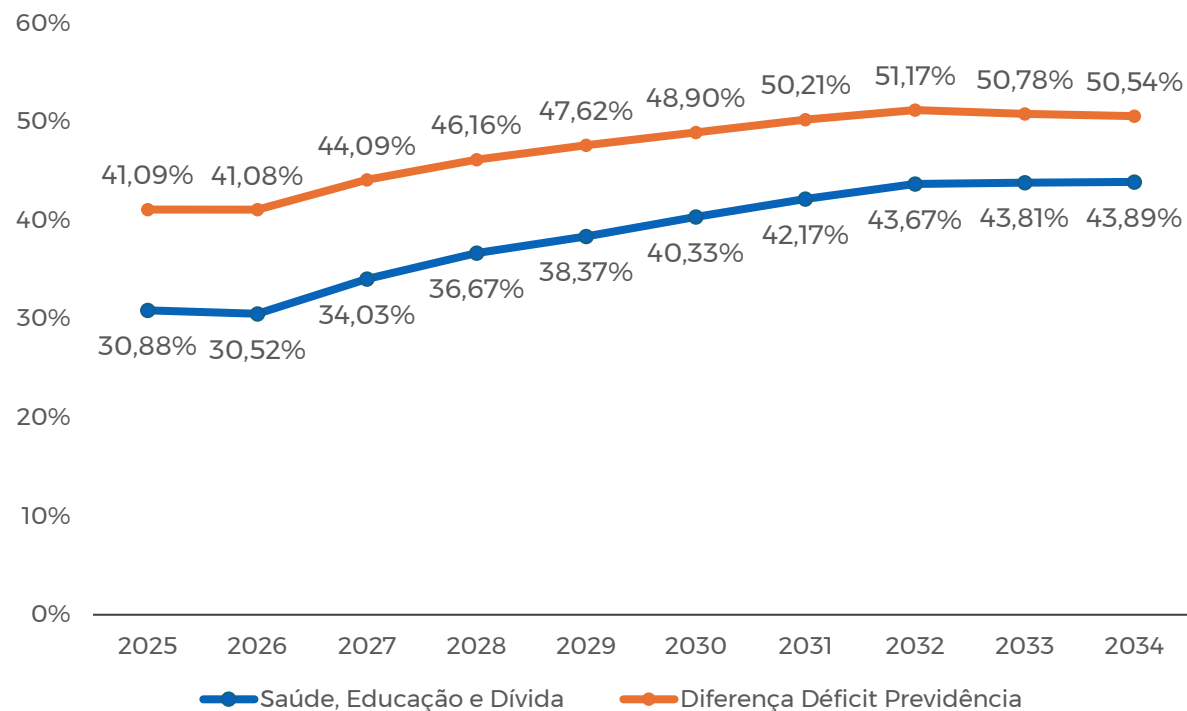


PASSIVOS HISTÓRICOS

MÍNIMOS SAÚDE E EDUCAÇÃO

- ▶ Se o RS não tivesse feito as **reformas de 2019/20**, teríamos anualmente um **déficit previdenciário** ainda maior.
- ▶ Em 2025, por exemplo, o resultado previdenciário foi negativo em R\$ 10,1 bi. **Sem as reformas, esse resultado poderia ter sido de R\$ 15,7 bi.** Essa diferença pressionaria ainda mais as contas públicas do estado.
- ▶ Com um déficit da previdência R\$ 5,8 bi maior, nosso comprometimento com despesas obrigatórias com a RLIT teria sido 10,2% superior, restando um **espaço ainda menor para investimentos e despesas correntes.**

Comprometimento da RLIT com mínimos e dívida e projetado sem realização da reforma da previdência
2025 executado | 2026-2034 projetado



Previdência: cenário projetado sem reforma considera a evolução do déficit projetado conforme Avaliação Atuarial de 2020, anterior à adoção das reformas previdenciárias de 2019 e 2020. Período de 2026-2030 do cenário realizado com variação esperada do IPCA conforme Relatório Focus do BACEN.

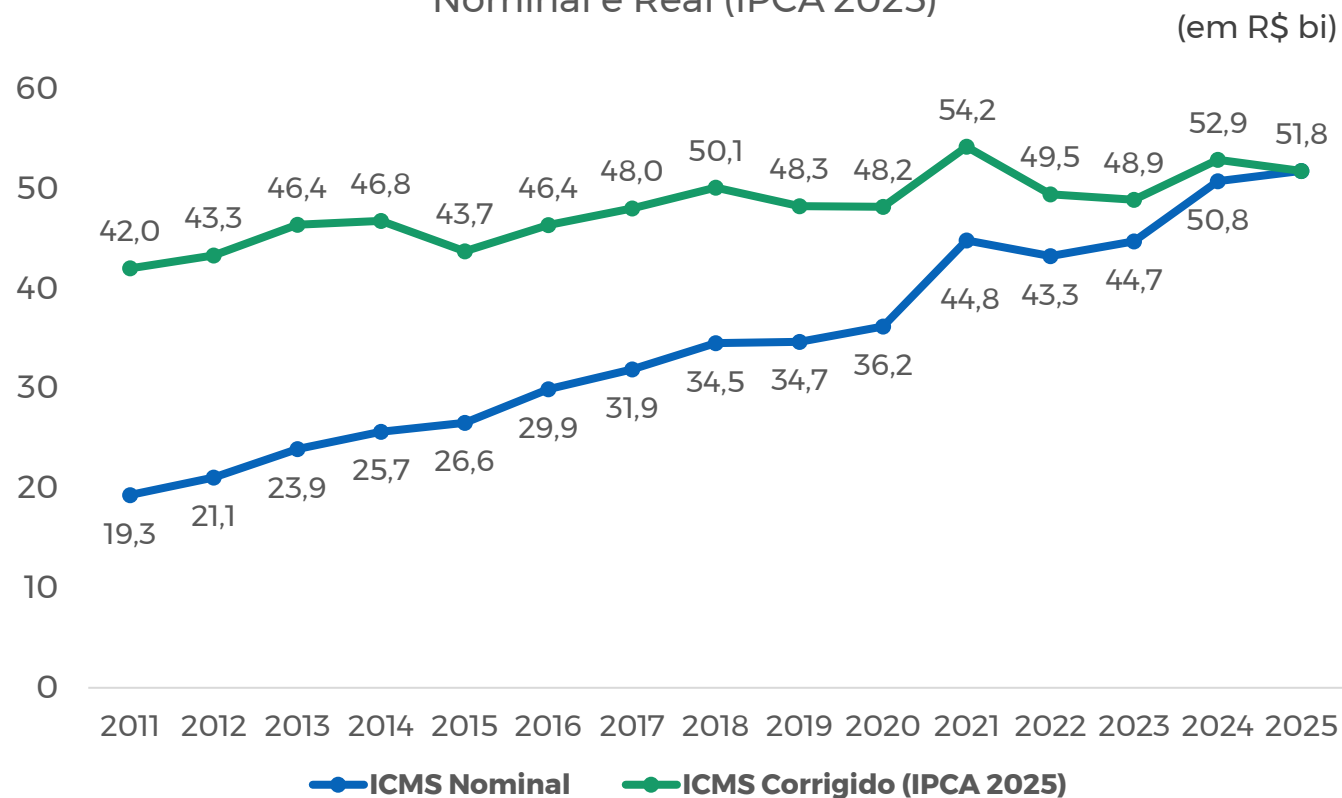


RECEITA E CRESCIMENTO

Desafios

- ▶ Redução de impostos nos últimos anos (modal, Difal, Detran e outros).
- ▶ Necessidade de crescimento do PIB e, por consequência, crescimento da arrecadação estadual.
- ▶ Economia muito sensível a crises climáticas.
- ▶ Atenção para implementação do IVA (CBS e IBS).

Arrecadação de ICMS do RS
Nominal e Real (IPCA 2025)



Fonte: SEFAZ/RS e ASTEC-GG. Valores corrigidos a preços de 2025 pelo IPCA.

Nota: foram excluídas as arrecadações extraordinárias, com os programas Ajustar RS, Em Dia, Refaz, Compensa-RS e das operações relacionadas a CEEE-D (contabilização escritural, referente ao recebimento de valores em Dívida Ativa).

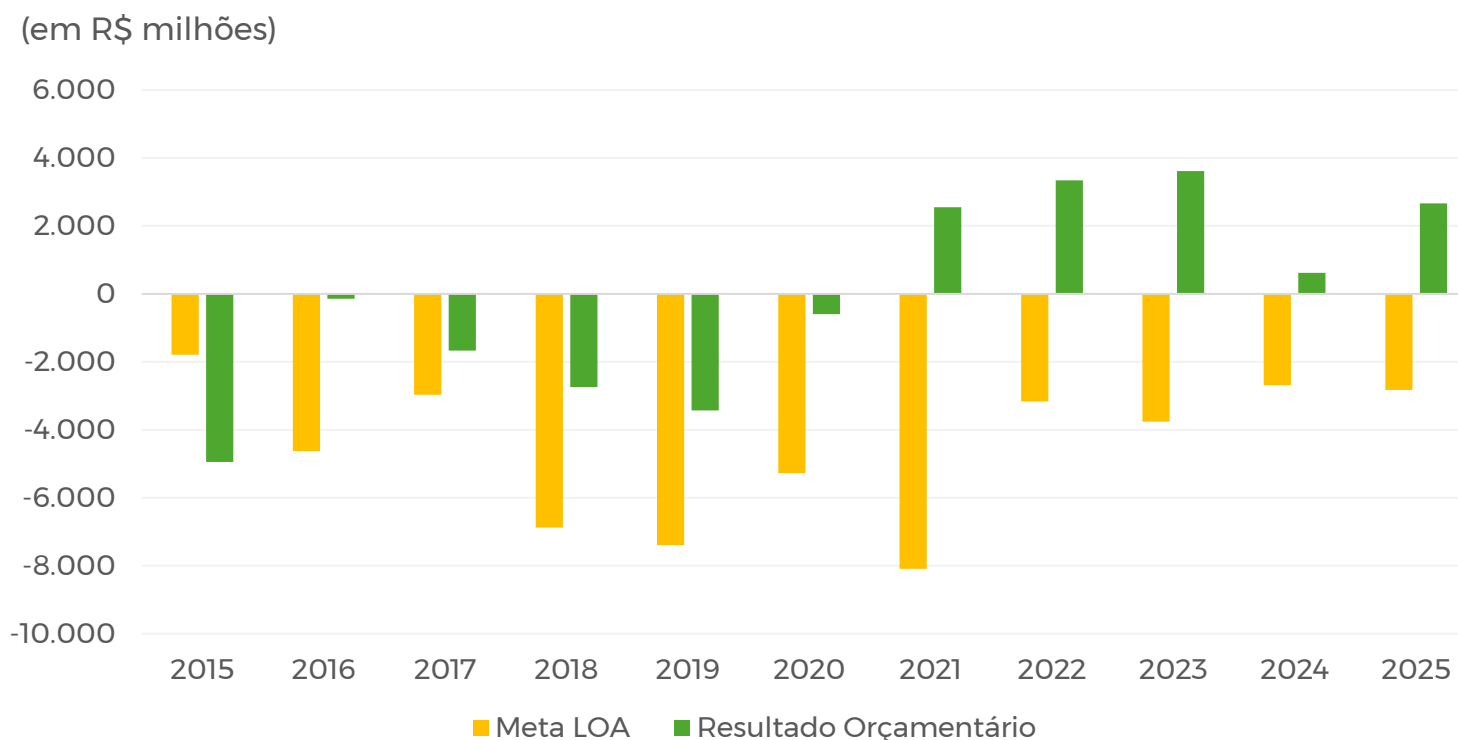


RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS

Destaques

- ▶ Resultados realizados foram melhores que o previsto nos últimos 10 anos.
- ▶ Desde 2021, o resultado orçamentário é positivo.
- ▶ Gestão orçamentária e fiscal é feita ao longo do ano, se adequando à realidade.
- ▶ SPGG apresentará o orçamento ao relator na ALRS.

Resultados Orçamentários - Meta LOA x Realizado
Nominal, 2015-2025



Fonte: SPGG/RS, com dados do Cubos da SEFAZ/RS, e ASTEC-GG.

DESAFIOS MAIORES EM COMPARAÇÃO AOS VIZINHOS

DIMENSÃO	INDICADOR	RS	SC	PR
Demografia (2022)	Variação População (2010-2022, %)	1,77%	21,80%	9,57%
	População 60+ (% total)	20,2%	15,6%	16,5%
Receita (2025)	Receita Corrente Líquida (RCL, R\$)	65.232.845.641	51.032.081.151	71.133.950.008
	RCL per capita (R\$)	5.994	6.706	6.216
Despesa de Capital - Investimentos (2025)	Investimentos (empenhado, R\$)	5.359.777.391,18	5.713.423.396,70	7.167.594.377,82
	Investimentos per capita (empenhado, R\$)	492	751	626
	Investimentos/RCL (empenhado, %)	8,2%	11,2%	10,1%
Despesas (2025)	Despesa Corrente per capita (R\$)	5.863	6.158	5.822
	Despesa de Pessoal e Encargos Sociais per capita (R\$)	3.789	3.680	3.436
	Despesa bruta com pessoal inativo e pensionistas / despesa bruta de pessoal (%)	42,2%	36,6%	35,2%
	Déficit Previdenciário (R\$) ¹	10.147.724.588	7.005.057.144	8.428.985.830
	Déficit Prev. / RCL (%)	15,6%	13,7%	11,8%
	Déficit Prev. per capita (R\$)	932	920	737

¹ Fundos Financeiros de Previdência e Sistema de Proteção Social dos Militares.

Notas: indicadores per capita obtidos com base na população de 2022, do último Censo Nacional realizado pelo IBGE.

Fontes: IBGE; Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; Legislações Estaduais; Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) dos Estados; Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (STN); RGF em Foco (STN); Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União Estados e Municípios, consultados por estado para a data base de 31/12/2025 (Sadipem, STN).



DESAFIOS MAIORES EM COMPARAÇÃO AOS VIZINHOS

DIMENSÃO	INDICADOR	RS	SC	PR
Dívidas (2025)	Precatórios (R\$)	15.621.430.285	3.200.801.421	5.558.196.764
	Dívida com a União (R\$)	107.007.296.155	12.571.039.729	13.975.672.270
	Dívida com a União / RCL (%)	164,0%	24,6%	19,6%
	Divida (União+Precat) / RCL (%)	188,0%	30,9%	27,5%
	Divida (União+Precat) per capita (R\$)	11.268	2.072	1.707
	Dívida Consolidada (R\$)	134.105.266.267	23.381.481.136	27.326.773.343
	Dívida Consolidada per Capita (R\$)	12.322	3.072	2.388
	Dívida Consolidada Líquida (R\$)	113.377.582.604	11.876.883.636	-3.495.237.456
	Dívida Consolidada Líquida per Capita (R\$)	10.418	1.561	-305
	Dívida Consolidada Líquida / RCL Ajustada (%)	174,03%	23,33%	-4,92%
	CAPAG	C	A+	A+

PRIMEIRA VEZ, DESDE 1995

¹Fundos Financeiros de Previdência e Sistema de Proteção Social dos Militares.

Notas: indicadores per capita obtidos com base na população de 2022, do último Censo Nacional realizado pelo IBGE.

Fontes: IBGE; Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; Legislações Estaduais; Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) dos Estados; Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (STN); RGF em Foco (STN); Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União Estados e Municípios, consultados por estado para a data base de 31/12/2025 (Sadipem, STN).



COMPARATIVOS RS-SC-PR

Desafios

- ▶ Mesmo com o aumento no nível de **investimento** dos últimos anos, o RS segue **atrás** dos estados da Região Sul.
- ▶ RS apresenta uma despesa corrente per capita similar a do PR e inferior a de SC, porém ainda **tem a maior despesa com inativos e déficit previdenciário**, mesmo após a redução alcançada com as reformas realizadas.
- ▶ RS segue apresentando **endividamento expressivamente maior** que demais estados da Região Sul.
- ▶ Em **2025** o RS aportou R\$ 4,3 bilhões ao Funrigs, o que seria pago à União pela dívida do Estado. Se somados nesse valor o déficit previdenciário de R\$ 10,1 bilhões, do mesmo ano, temos um valor de **R\$ 14,3 bilhões** que seria despendido, em um ano, em **passivos** do Estado – isso sem contabilizar pagamentos anuais de precatórios.

FONTES DOS DADOS

- ▶ Balanço Geral do Estado (SEFAZ/RS): <https://fazenda.rs.gov.br/balanco-geral-do-estado>
- ▶ Relatório de Pessoal 2025 do Tesouro do Estado (SEFAZ/RS):
<https://www.fazenda.rs.gov.br/relatorio-de-pessoal>
- ▶ Relatório de Transparência Fiscal (SEFAZ/RS):
<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202602/relatorio-transparencia-fiscal.pdf>
- ▶ Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (SPGG/RS):
<https://planejamento.rs.gov.br/mensagem-do-governador>
- ▶ Relatório Resumido da Execução Orçamentária (CAGE/RS):
<https://cage.fazenda.rs.gov.br/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-67e43786526c1>
- ▶ Portal Precatórios RS: <https://precatorios.sefaz.rs.gov.br/>
- ▶ Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União Estados e Municípios, consultados por estado para a data base de 31/12/2025 (Sadipem, STN):
<https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/>
- ▶ Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/STN);
<https://siconfi.tesouro.gov.br/>

2.

REFORMA TRIBUTÁRIA

DESAFIOS DA RECEITA PÚBLICA

1. Substituição de tributos

- ▶ Novo modelo de cobrança de impostos.
- ▶ Transição da cobrança dos tributos.
- ▶ Nova governança federativa.
- ▶ Fatia do RS no novo bolo tributário.

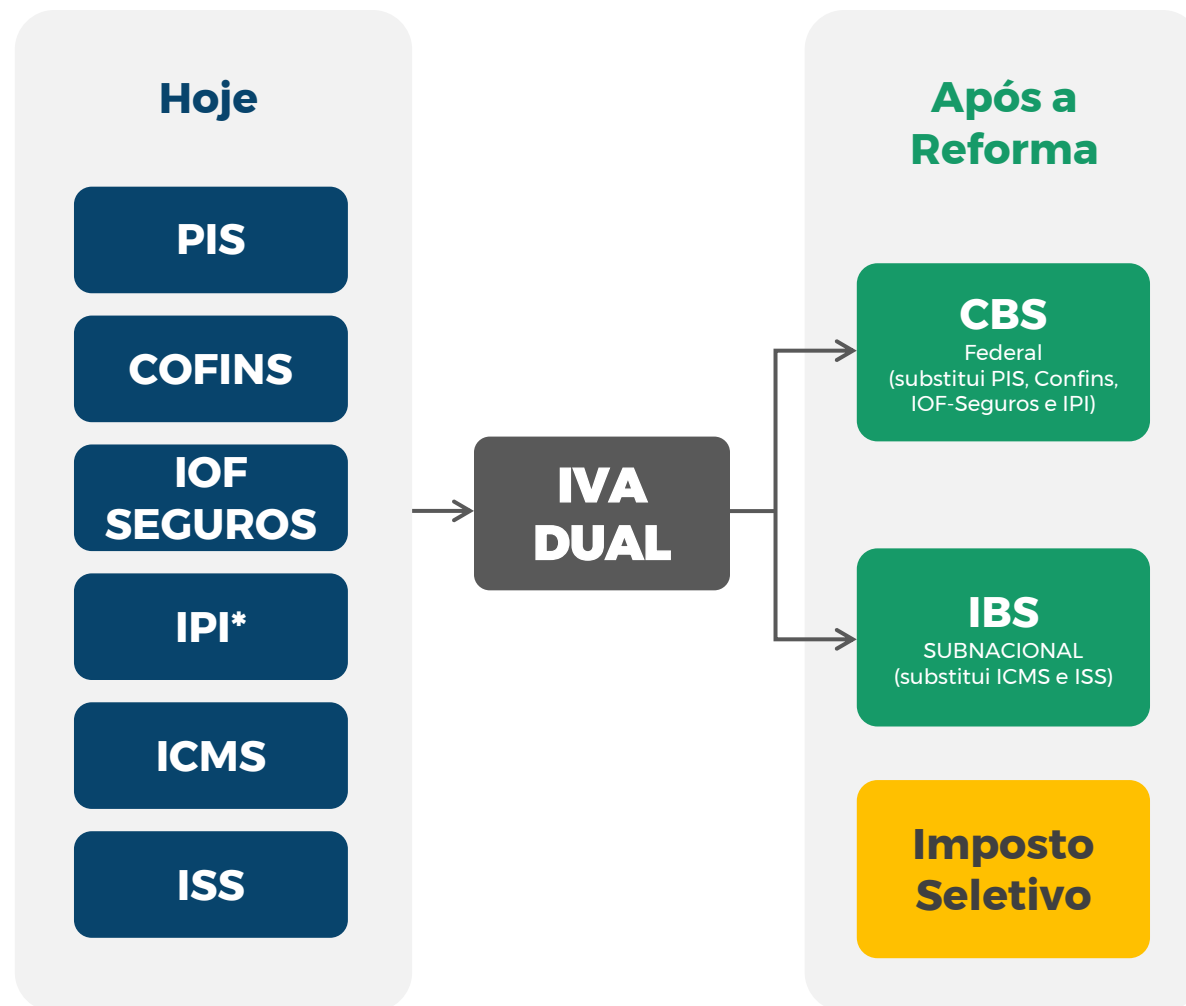
2. Benefícios fiscais

- ▶ Fim dos benefícios fiscais do ICMS.
- ▶ Compensação de benefícios fiscais.

SUBSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Desafios

- ▶ **Impactos que serão gerados pelo novo modelo de cobrança de impostos.**
- ▶ **Implementação dos novos sistemas:** o RS está liderando nacionalmente a implementação da **infraestrutura tributária digital** (apuração, arrecadação e distribuição).



* O IPI será mantido para cerca de 5% dos produtos hoje alcançados

Fonte: SERT – Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

SUBSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Desafios

► Transição da cobrança dos tributos:

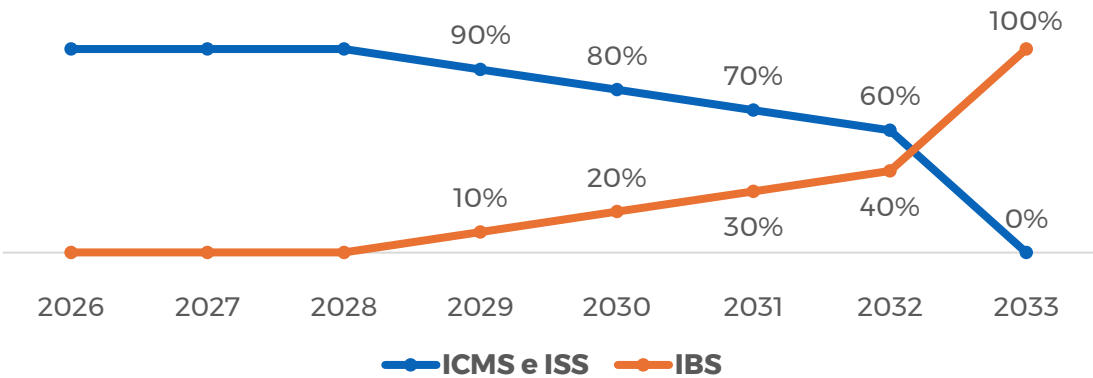
- Estados e municípios: ICMS e ISS para o IBS.

► Definição de alíquotas – CBS e IBS:

- Estimativa de que o IBS inicie em 1,9% em 2029, crescendo até 19~20% em 2033.

Ano	Tributos antigos (PIS, Cofins, ICMS, ISS)	Novos tributos (CBS e IBS)
2026	Regras normais.	Fase de testes: Cobrança de 0,9% (CBS) e 0,1% (IBS), compensáveis com PIS/Cofins.
2027 a 2028	PIS/Cofins extintos. IPI zerado (exceto ZFM). ICMS e ISS continuam normais.	CBS 100% implementada. IBS continua como teste (0,1%).
2029 a 2032	ICMS e ISS começam a cair gradualmente ano a ano.	IBS começa a subir gradualmente ano a ano.
2033 em diante	ICMS e ISS extintos definitivamente.	CBS e IBS 100% implementados. Novo sistema consolidado.

Transição Tributária – ICMS/ISS e IBS
Percentuais em relação à alíquota que será definida



SUBSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

► **Período de transição federativa**
(2029 a 2078):

- transferência do município de origem para o de destino;
- dois sistemas de tributação ao longo de 50 anos.

Distribuição da receita

Ano	Origem (Média 2019 a 2026)*	Compensação Seguro-Receita (5% x destino)**	Destino final (destino - 5% x destino)
2029	80%	1,0%	19,0%
2030	80%	1,0%	19,0%
2031	80%	1,0%	19,0%
2032	80%	1,0%	19,0%
2033	90%	0,5%	9,5%
2034	88%	0,6%	11,4%
2035	86%	0,7%	13,3%
2036	84%	0,8%	15,2%
2037	82%	0,9%	17,1%
2038	80%	1,0%	19,0%
2039	78%	1,1%	20,9%
2040	76%	1,2%	22,8%
(...)	(-2%)	(5% x destino)	(destino - 5% x destino)
2077	2%	4,9%	93,1%
2078	0%	5%***	95%

* percentual de IBS, retido pelo Comitê Gestor, para ser distribuído aos Estados, DF, e Municípios de origem, conforme a receita média de ICMS e de ISS de cada um deles, no período de 2019 a 2026.

** retenção de 5% da receita dos entes de destino, para ser distribuída entre os entes de origem maiores perdedores.

*** redução gradativa do seguro-receita entre 2078 a 2097.



SUBSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Desafios

► **Nova governança federativa** com o Comitê Gestor do IBS:

- centralização da arrecadação;
- poder decisório compartilhado entre Estados e Municípios;
- necessidade permanente de articulação federativa.

► **Fatia do RS no novo bolo tributário:**

A participação do Estado no IBS será calculada a partir de uma média ponderada entre:

- peso projetado no IBS (consumo): **6,8%**
- histórico no ICMS (2019–2026): **6,6%**

em relação à participação do RS no total arrecadado nacionalmente.

O peso da média de 2019–2026 diminuirá progressivamente:

- **90%** (5º ano) para
- **60%** (20º ano).

BENEFÍCIOS FISCAIS

Desafios

► Fim dos benefícios fiscais do ICMS:

- com a redução gradual das alíquotas, os benefícios atuais já perdem força a partir de **2029**;
- com o ICMS menor, o crédito presumido também encolhe (*exemplo abaixo*);
- reforma não impede concessão de subsídios diretos (orçamentários).

Ex.: setor tributado a 12% com 50% de crédito presumido:

Ano	Alíquota	Crédito	Impacto
2028	12%	6%	-
2029	10,8%	5,4%	-10%
2030	9,6%	4,8%	-20%
2031	8,4%	4,2%	-30%
2032	7,2%	3,4%	-40%
2033	0%	0%	-100%

► Compensação de benefícios fiscais:

- criado o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais;
- aporte de R\$ 160 bilhões, de forma gradual, entre 2025 e 2032;
- pagamentos concentrados entre 2029 e 2032, coincidindo com a redução do ICMS;
- somente benefícios comprovadamente 'onerosos e com prazo certo' serão pagos:
 - crédito presumido sim, desoneração não
 - **muitos créditos atuais podem ficar de fora.**
- Recursos que sobrarem ao final de 2032 serão transferidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

BENEFÍCIOS FISCAIS

► Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR):

- poderá ser utilizado para financiar subsídios e outros gastos diretos, em substituição aos incentivos fiscais atuais;
- será financiado pela União, de forma escalonada;
- recursos serão distribuídos pelos estados por um coeficiente de participação que depende da população e da cota do FPE;
- **Ponto de atenção:** a participação estimada do **RS** no fundo, de 2,8%, é equivalente a **R\$ 1,7 bilhão anual** em 2043 (ápice do fundo).
 - montante é cerca de **apenas 30%** do que é concedido **atualmente** por meio de crédito presumido;
 - será necessário **complementar com recursos próprios** ou selecionar beneficiários de forma mais restrita, **priorizando setores estratégicos**.

Escalonamento do FNDR (2029-2043)

2029	R\$ 8 bilhões
2030	R\$ 16 bilhões
2031	R\$ 24 bilhões
2032	R\$ 32 bilhões
2033	R\$ 40 bilhões
2034	R\$ 42 bilhões
2035	R\$ 44 bilhões
2036	R\$ 46 bilhões
2037	R\$ 48 bilhões
2038	R\$ 50 bilhões
2039	R\$ 52 bilhões
2040	R\$ 54 bilhões
2041	R\$ 56 bilhões
2042	R\$ 58 bilhões

► **R\$ 60 bilhões a partir de 2043**

3.

SEGURANÇA

DESAFIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 1. Combate ao crime, com redução contínua dos indicadores criminais.**
- 2. Combate aos feminicídios.**

COMBATE AO CRIME

RS Seguro

PROGRAMA TRANSVERSAL E ESTRUTURANTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

- ▶ **Regulamentação:** Decreto nº 54.516/2019.
- ▶ **Foco territorial:** 23 municípios mais violentos têm monitoramento intensivo de CVLI, roubo a pedestres, roubo de veículos e indicadores locais.
- ▶ **Integração entre as forças:** Regiões Integradas de Segurança Pública (Decreto nº 57.060/2023) – compatibiliza áreas BM e PC.
- ▶ **Sistemática de Governança:** agenda pré-definida de reuniões periódicas dos diferentes níveis (A1 – colegiado de governo, A2 – colegiado da segurança, RISP, A3 – municípios e A4 – intramunicipal).
- ▶ **Plataforma GESeg:** ciência de dados para gerar informações sobre padrões de criminalidade (mapas de calor, tabelas de frequência, séries temporais, médias).
- ▶ **Dissuasão focada:** combate às lideranças do crime organizado. Segurança máxima da PASC. Protocolo das sete medidas (atuação integrada).

COMBATE AO CRIME

RS Seguro Comunidades

POLÍTICAS SOCIAIS PREVENTIVAS

Projetos Urbanísticos Integrados (PUIs)



Umbu (*em andamento*)



Santa Tereza



Rubem Berta

- ▶ OIS das obras: 19/03/26.
- ▶ Previsão de conclusão: set./27.

ATENÇÃO Necessária dotação orçamentária em 2027 e 2028 para continuidade das obras.

COMBATE AO CRIME

RS Seguro: 7 anos

6.487 VIDAS PRESERVADAS (-32%)

- ▶ Taxa CVLI 2017: **31,2**
- ▶ Taxa CVLI 2025: **12 (-61,5%)**



▶ Total de vidas preservadas é maior que a população de 285 municípios do RS

139.942 ROUBOS A PEDESTRES A MENOS (-40,3%)

MÉDIA DIÁRIA

- ▶ 2017: **184** (RS) / **80** (POA)
- ▶ 2025: **34** (RS) / **18** (POA)

- ▶ Mais informações:
[Relatório da UNESCO](#)



71.525 ROUBOS DE VEÍCULOS A MENOS (-66%)

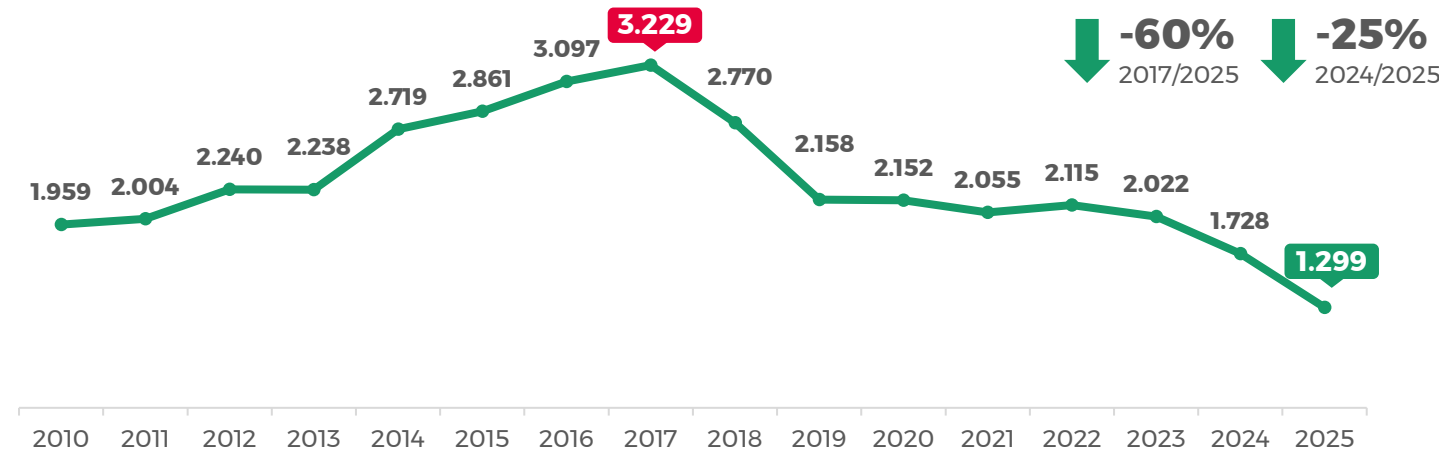
MÉDIA DIÁRIA

- ▶ 2017: **49** (RS) / **23** (POA)
- ▶ 2025: **5** (RS) / **1** (POA)

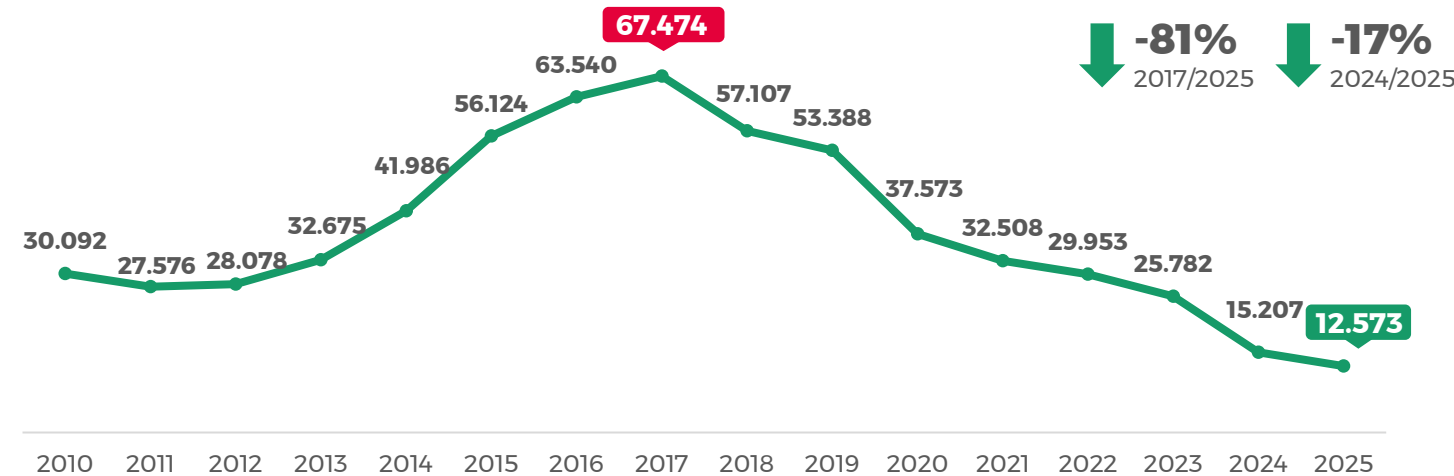
*Cálculo feito comparando as ocorrências dos períodos 2012-2018 vs 2019-2025 (14/01/26).

COMBATE AO CRIME

CVLI RS (2010-2025)



ROUBO A PEDESTRES RS (2010-2025)



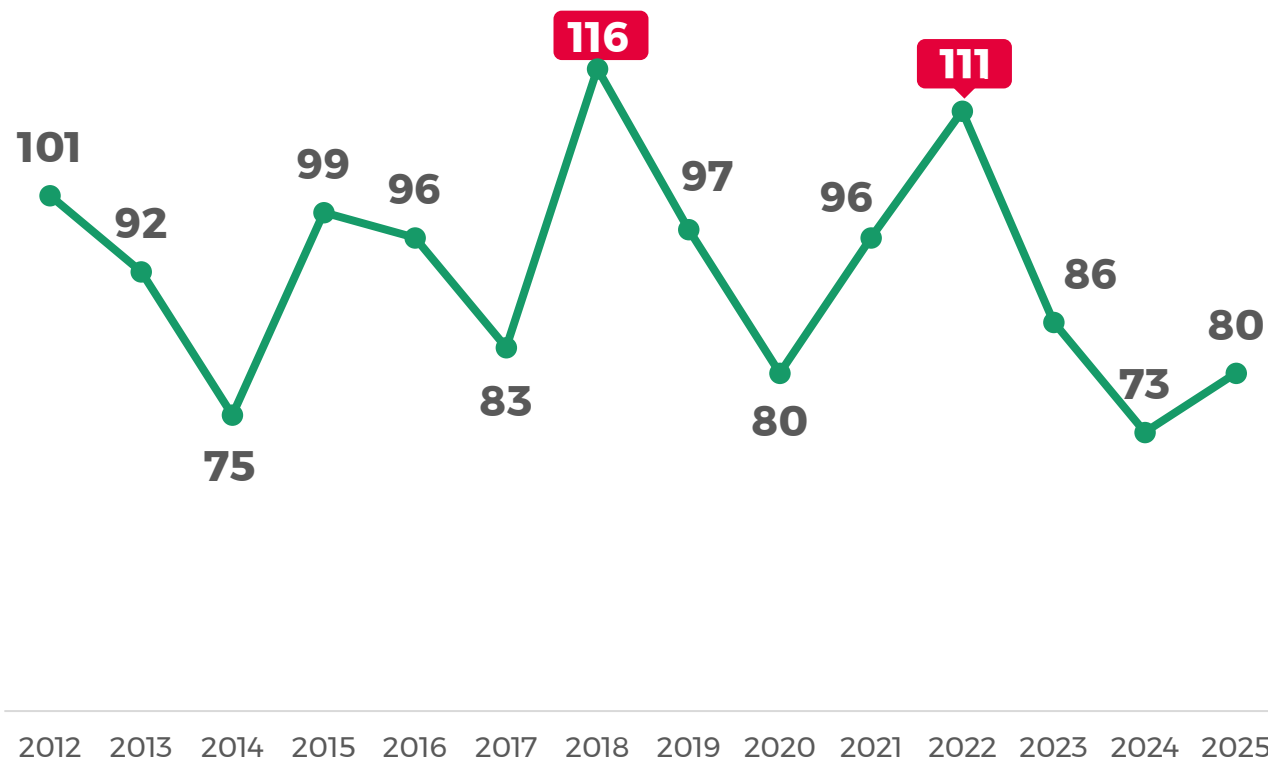
COMBATE AOS FEMINICÍDIOS

MEDIDAS EM ANDAMENTO

- ▶ Monitoramento do agressor (tornozeleiras)
- ▶ Expansão do horário de atendimento DEAMs + equipes de sobreaviso
- ▶ Expansão das Salas das Margaridas
- ▶ Patrulhas Maria da Penha
- ▶ Delegacia da Mulher Online
- ▶ Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Direitos das Mulheres (Decreto nº 58.675/2026)
- ▶ Cofinanciamento dos municípios (IN SDM-SEDES Nº 001/2026)

Vítimas de Feminicídio RS
(2012-2025)

↓ -31% 2018/2025
↑ +10% 2024/2025



4. EDUCAÇÃO

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO GAÚCHA

1. Aprendizagem.
2. Fluxo escolar.
3. Avaliação da educação.
4. Resiliência.
5. Equidade e inclusão.
6. Museu da Educação.
7. Políticas educacionais e outras fontes.

APRENDIZAGEM E FLUXO ESCOLAR

Expansão do Ensino Médio em Tempo Integral com Educação Profissional e Técnica (carga horária 800-1.200 horas)

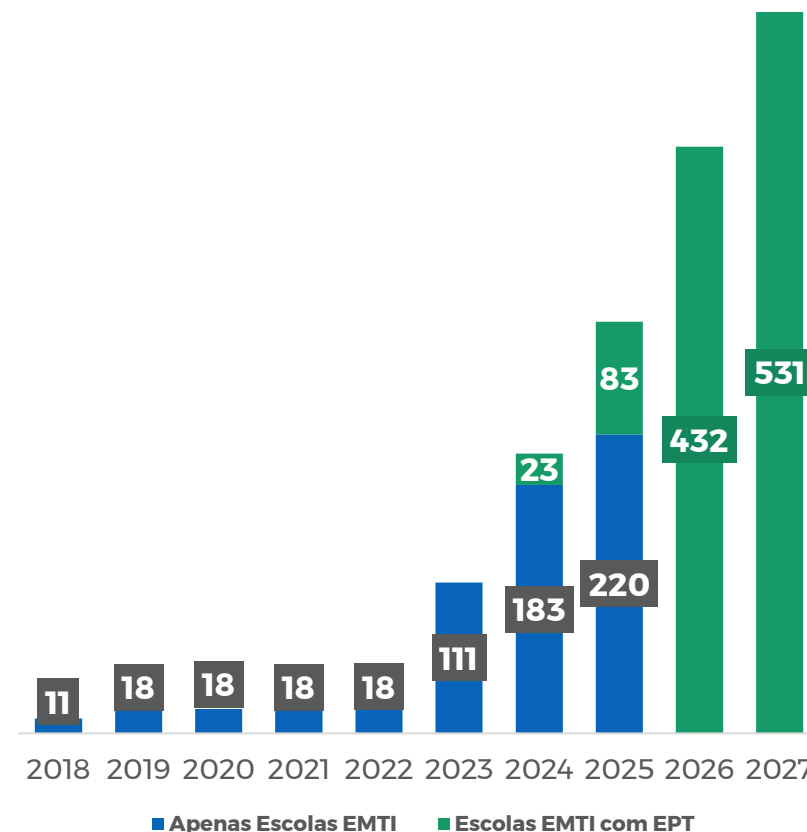
- **Regulamentação:** Lei nº 14.705/2015 (Plano Estadual de Educação) – fixa metas de expansão. *Desenvolvimento do novo plano em andamento*
- **Objetivo:** ampliação da jornada escolar com o objetivo de aprimorar os índices educacionais e socioeconômicos dos estudantes, com redução da evasão escolar e aumento na probabilidade de ingresso no ensino superior, por exemplo. Oferta de diferentes cursos técnicos articulados ao ensino médio, como Desenvolvimento de Sistemas, Agronegócio, Marketing e Programação de Jogos Digitais, entre outros.
- **Novas escolas:** adesão por chamamento público para manifestação de interesse pelas escolas interessadas e posterior submissão à avaliação técnica (infraestrutura física, disponibilidade de recursos, geografia e demanda) e à consulta da comunidade.



PROPAG

- **Parte dos juros do Propag precisa ser investido na educação profissional técnica de nível médio.**

Número de escolas estaduais com Ensino Médio em Tempo Integral com Educação Profissional e Técnica (2018-2027)



APRENDIZAGEM E FLUXO ESCOLAR

Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha (PREG)

- ▶ **Regulamentação:** Lei nº 11.126/1998, Lei nº 16.366/2025 e Decreto nº 58.472/2025.
- ▶ **Objetivo:** reconhecer o trabalho coletivo de estudantes e de equipes escolares para o alcance de resultados educacionais, tendo como foco a melhoria da aprendizagem e da frequência dos alunos e a consolidação da participação das escolas estaduais em avaliações externas e diagnósticas.
- ▶ **Modalidades de incentivo:**
 - **Bônus por metas para os profissionais da educação:** pagamento de um valor proporcional ou integral (14º salário) aos servidores da educação conforme o atingimento de metas de aprendizagem, fluxo escolar e assiduidade.
*Em 2026, **67 mil (96,4%)** profissionais receberam bonificação.*
Investimento de R\$ 238 milhões.
 - **Premiação por notas e participação para estudantes:** em cada turma, são premiados com valores de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil os alunos com as três melhores notas em avaliações externas (como o SAERS). Também é premiado um aluno sorteado pela participação nos exames (R\$ 2 mil), desde que tenha frequência regular e que a turma atinja critérios mínimos de participação nos exames.
Investimento de R\$ 74 milhões.

- ▶ **Mais informações:**
[PREG - Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha](#)

**Continuidade****▶ Há previsão no PLOA 2027.**

APRENDIZAGEM E FLUXO ESCOLAR

Ciclo de Governança da Educação

- **Objetivo:** método de gestão baseado em evidências e dados com objetivo de estruturar o planejamento anual, alinhar metas, monitorar sua execução e realizar os ajustes de rota e as estratégias pedagógicas necessárias para a melhoria contínua da aprendizagem e da permanência dos estudantes.
- **Ciclos de governança*:** calendário fixo de reuniões mensais em todos níveis (escola/CRE/Seduc/Governadoria), periódicas e sequenciais, com monitoramento, análises de resultados e reorientações estratégicas a partir das evidências.
- **Participantes:** equipes gestoras das escolas estaduais, Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), órgãos centrais da SEDUC e Governador.
- **Indicadores acompanhados:**
 - **Notas dos estudantes** (trimestral): desempenho.
 - **Frequência dos estudantes** (mensal): preditor do abandono escolar e evasão.
 - **Aulas dadas** (mensal): execução da carga horária prevista e andamento do calendário letivo.
 - **Execução do Agiliza** (mensal): repasse e uso das verbas de autonomia financeira das escolas.



► Mais informações:

[Documento Orientador da Governança da Educação](#)

[Protocolo de Implementação Órgão Central](#)

[Protocolo de Implementação para Equipes Gestoras das CREs](#)

[Protocolo de Implementação para Mediadores de Gestão Educacional](#)

[Protocolo de Implementação Equipe Gestora das Escolas](#)

* Inspirado na governança do RS Seguro.



FLUXO ESCOLAR

Todo Jovem na Escola

BOLSA AUXÍLIO DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

- ▶ **Regulamentação:** Lei nº 15.760/2021, Decreto nº 57.494/2024 e IN SEDUC 04/2026.
- ▶ **Objetivo:** auxílio financeiro para estudantes do Ensino Médio e EJA da rede pública estadual com o objetivo de incentivar a permanência em sala de aula e a conclusão da trajetória escolar.
- ▶ **Público-alvo:** estudante inscrito no Cadastro Único, com renda familiar per capita de até R\$ 660 e cursando o ensino médio, incluindo na modalidade EJA, da rede pública estadual.
- ▶ **Modalidades de auxílio:** pagamento nominal ao beneficiário no Cartão Cidadão, via Banrisul:
 - **1. Bolsa mensal regular:** R\$ 150 ou R\$ 225 para estudantes de escola em tempo integral ou ensino técnico integrado ao ensino médio, paga mensalmente entre março e dezembro, caso o estudante tenha 75% de frequência no mês imediatamente anterior;
 - **2. Bolsa auxílio material escolar:** R\$ 150 pagos no início do ano;
 - **3. Poupança Aprovação:** R\$ 300 por ano, ou semestre se EJA, em que o estudante for aprovado, podendo retirar o valor completo ao final do ensino médio (R\$ 900 acrescida do rendimento da poupança). É permitida a retirada parcial anual de R\$ 75 caso o estudante seja aprovado no ano (exceto EJA);
 - **4. Prêmio Engajamento:** R\$ 150 para quem participar do SAERS e SAEB.

▶ **Mais informações:**
[Programa Todo Jovem na Escola](#)



AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO GAÚCHA

SAERS

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL

- ▶ **Subsídio à gestão:** fornecer evidências para que as equipes diretivas e a SEDUC direcionem programas de apoio e formação continuada aos professores.
- ▶ **Público-alvo:** alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª à 3ª série do Ensino Médio da rede estadual.
- ▶ **Sistema completo:** composto por avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, em diferentes etapas do ano letivo:
 - **Diagnósticas:** início do ciclo;
 - **Formativas:** ao longo do ciclo;
 - **Somativas:** ao final do ciclo.

▶ **Mais informações:**
[SAERS](#)



PROVA SOMATIVA DO SAERS

- ▶ **Regulamentação:** Decreto nº 56.679/2022 e alterações.
- ▶ **Objetivo:** avaliação somativa, criada para se ter um instrumento próprio, da rede gaúcha, para avaliar as aprendizagens dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, nas séries finais de cada etapa/ciclo.
- ▶ **Público-alvo:** alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.
- ▶ **Universalidade:** a partir de 2022, passou a ser aplicado universalmente em toda rede de educação básica pública gaúcha: estadual e municipal.

ATENÇÃO

- ▶ **Subsídio para indicadores:** os resultados da Prova do SAERS servem de base para o cálculo do **PREG** (Programa de Reconhecimento), do **IDERS** (Índice de Desenvolvimento da Educação do RS) e do **IMERS** (Índice Municipal da Educação do RS) - esse último sendo o que define a **cota-parte** da educação no cálculo do repasse de recursos do ICMS aos municípios.

RESILIÊNCIA

Escolas Resilientes

- ▶ **Objetivo:** garantir a continuidade da educação diante de eventos climáticos extremos, transformando escolas em espaços de segurança, acolhimento e resiliência.
- ▶ **Pilares:**
 - **Planos de contingência escolares** (ao lado).
 - **Currículo:** conteúdos transversais sobre educação climática e ambiental, como mitigação, adaptação e redução de riscos em situações de desastre.
 - **Bem-estar e saúde psicossocial:** formação de profissionais para oferecer suporte emocional e acolhimento.
 - **Infraestrutura e ambiente escolar:** incorporação, pela SEDUC e SOP, de conceitos de sustentabilidade em projetos arquitetônicos de novos prédios e de adequações das escolas estaduais, incluindo a verticalização de prédios em áreas inundáveis, uso de energia fotovoltaica, telhados verdes, ventilação natural e sistemas mais resistentes.
- ▶ **Mais informações:**
[Escolas Resilientes](#)

AGILIZA

- ▶ **Instrumento ágil para disponibilização de recursos financeiros nas escolas, para reparos e manutenções.**

PLANOS DE CONTINGÊNCIA

- ▶ **Objetivo:** garantir que as escolas estejam preparadas para se adaptar, resistir, reagir e se reinventar diante das adversidades climáticas.
- ▶ **Abrangência:** 87 escolas em 6 CREs, com base no risco e vulnerabilidade. Em andamento proposta de expansão para 2027.
- ▶ **Mais informações:**
[Guia para elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos](#)



EQUIDADE E INCLUSÃO

Políticas que respondem a desafios como desigualdades educacionais, discriminação, exclusão e situações de violência escolar que afetam estudantes historicamente vulnerabilizados. Envolvem ações de educação antirracista, inclusão escolar e fortalecimento do atendimento a estudantes com deficiência, promovendo ambientes mais seguros, acolhedores e respeitosos, favorecendo a permanência, a aprendizagem, o bem-estar e o pertencimento dos estudantes.

Guia de Inclusão da Educação Especial

- ▶ **Regulamentação:** Decreto 12.686/2025; Parecer 02/2025 CEE/RS.
- ▶ **Objetivo:** apresenta os fundamentos, os resultados alcançados e as perspectivas de desenvolvimento da Educação Especial na rede, demonstrando como a modalidade vem se consolidando enquanto instrumento estratégico.

Acolhe RS

- ▶ **Projeto-Piloto Acolhida Escolar de Migrantes e Refugiados**
- ▶ **Objetivo:** apresentar estratégias práticas para o acolhimento de estudantes refugiados e migrantes, para reduzir as barreiras de acesso, permanência e aprendizagem.

ATENÇÃO

- ▶ **O VAAR (Valor Aluno Ano por Resultado) é uma das modalidades de complementação da União ao FUNDEB, correspondendo a 2,5% do total de recursos do fundo. No primeiro ano da existência do VAAR, o RS não atingiu a meta de redução das desigualdades de aprendizagem dos estudantes, deixando de receber aproximadamente R\$ 157 milhões.**

Programa Antirracista

- ▶ **Regulamentação:** Decreto nº 53.817/2017 e decreto que regulamenta o Programa Antirracista de Educação (em publicação).
- ▶ **Objetivo:** transformar práticas pedagógicas e administrativas, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo e promovendo a equidade racial nas escolas e no âmbito da própria SEDUC.
- ▶ **Iniciativas:** elaboração de materiais pedagógicos, criação de conteúdos e eventos formativos e implementação de estratégias que integrem as questões étnico-raciais ao currículo escolar.

Protocolos de Segurança e Paz nas Escolas

- ▶ **Módulos:**
 - Módulo 1: Orientação, Prevenção e Combate à Violência Física e Ameaças às Escolas;
 - Módulo 2: Orientação, Prevenção e Combate à Violência Racial;
 - Módulo 3: Orientação, Prevenção e Combate à Violência de Gênero contra meninas e mulheres e à LGBTQIA+fobia;
- ▶ **Objetivo:** orientar os profissionais da educação sobre como identificar sinais de violência, além de oferecer estratégias eficazes para responder a esses desafios de forma a proteger a integridade de alunos, funcionários e professores, e fornecer suporte socioemocional à comunidade escolar após tais incidentes.

MUSEU DA EDUCAÇÃO

MUSEDUCA

- ▶ **Regulamentação:** Decreto N° 58.929/2026.
- ▶ **Objetivo:** desenvolver pesquisas, exposições e atividades culturais, promover a inovação pedagógica, difundir práticas relevantes para o futuro da educação, além de preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural relacionado à educação no Estado.
- ▶ **Onde:** sede no Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre.
- ▶ **Implementação:** Plano Museológico, contemplando o Programa Educativo e o Programa de Acessibilidade, e Plano de Comunicação do museu já foram entregues, via Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PRODOC) entre Seduc e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Próximos passos incluem repasse de recursos do Acordo de Cooperação Técnica Internacional (ACTI) com a OEI, aprovação técnica dos projetos e PPCI pela SOP e publicação dos editais de licitação para obras, soluções tecnológicas, equipamentos, mobiliário e acervos.
- ▶ **Governança:** Conselho Supervisor, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e estratégico, composto por SEDUC-RS, comunidade escolar, instituições de ensino superior, instituições culturais e museológicas, sociedade civil e especialistas.
- ▶ **Gestão:** Cooperação Técnica Internacional com OEI e o idg.



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OUTRAS FONTES

Políticas Educacionais RS

- ▶ Biblioteca com o **conhecimento que orienta a educação gaúcha**.
- ▶ Um espaço único, visual e fácil de navegar para encontrar políticas, guias, protocolos e documentos que apoiam o trabalho das escolas e das equipes da Rede Estadual.
- ▶ **Mais informações:** [Políticas Educacionais RS](#)



Painel de Indicadores da Educação Gaúcha

- ▶ **Local único para explorar diversos indicadores educacionais.**
- ▶ Seções: matrículas, infraestrutura escolar, avaliações de desempenho, dados de desigualdade e contexto socioeconômico etc.
- ▶ **Mais informações:** [Painel de Indicadores da Educação Gaúcha](#)



4 - EDUCAÇÃO - PANORAMA GERAL

IDEB RS – REDE PÚBLICA ESTADUAL

ETAPA	INDICADOR	2017	2019	2021	2023	2025	Δ 2017→2025	Δ 2023→2025
ANOS INICIAIS	Proficiência SAEB – nota padronizada (N)	6,19	6,29	5,97	6,07	6,49	+0,3	+0,43
	Fluxo – indicador de rendimento (P)	0,92	0,92	0,98	0,95	0,98	+0,06	+0,03
	IDEB	5,7	5,8	5,9	5,8	6,4	+0,7	+0,6
	Posição no ranking nacional	14°	11°	10°	13°	9°	+5 pos.	+4 pos.
ANOS FINAIS	Proficiência SAEB – nota padronizada (N)	5,42	5,43	5,26	5,22	5,65	+0,23	+0,43
	Fluxo – indicador de rendimento (P)	0,79	0,82	0,96	0,90	0,96	+0,17	+0,06
	IDEB	4,3	4,4	5,0	4,7	5,4	+1,1	+0,7
	Posição no ranking nacional	15°	16°	5°	12°	5°	+10 pos.	+7 pos.
ENSINO MÉDIO	Proficiência SAEB – nota padronizada (N)	4,58	4,89	4,71	4,74	5,03	+0,45	+0,29
	Fluxo – indicador de rendimento (P)	0,74	0,81	0,86	0,82	0,93	+0,19	+0,11
	IDEB	3,4	4,0	4,1	3,9	4,7	+1,3	+0,8
	Posição no ranking nacional	13°	8°	7°	14°	5°	+8 pos.	+9 pos.

N = nota média padronizada do Saeb (escala 0-10). P = indicador de rendimento, calculado a partir das taxas de aprovação de cada série. IDEB = N × P.

5. SAÚDE

DESAFIOS EM SAÚDE PÚBLICA

1. Financiamento estruturado e sustentável para:

- ▶ ampliação do acesso à saúde e
- ▶ redução das filas de espera.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE

Programa Assistir

PROGRAMA DE INCENTIVOS HOSPITALARES

- ▶ **Regulamentação:** Decretos nº 56.015/2021 e 56.016/2021 e Portaria SES/RS nº 537/2021 e suas alterações.
- ▶ **Objetivo:** reorganizar o financiamento estadual da assistência hospitalar e ambulatorial especializada no SUS, fortalecendo a regionalização da assistência, ampliando o acesso da população aos serviços especializados e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- ▶ **Critérios técnicos:** contratualização de serviços com base em critérios técnicos e baseada em metas quantitativas e qualitativas, substituindo um modelo histórico de distribuição dos incentivos estaduais por um sistema baseado em evidências, planejamento regional e equidade, de modo que a alocação dos recursos estaduais reflita as necessidades da população e o papel de cada hospital na Rede de Atenção à Saúde.
- ▶ **Pagamentos pelos serviços:** valor pré-fixado, sendo repassado aos Fundos de Saúde dos Municípios com gestão hospitalar própria ou diretamente aos hospitais contratualizados pelo Estado, condicionada a habilitação e o pagamento ao cumprimento dos requisitos do Programa.

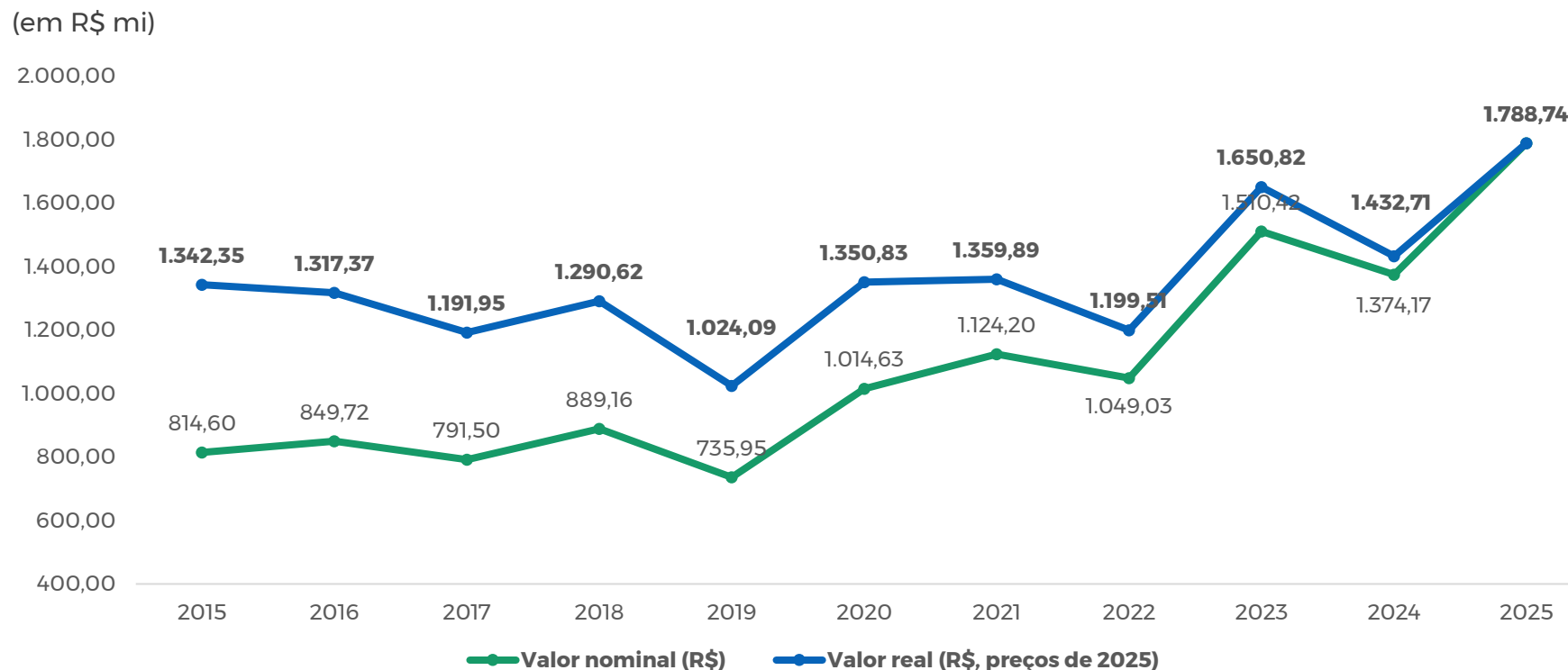
▶ **Mais informações:**
[Programa Assistir](#)



AMPLIAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE

Incentivos hospitalares estaduais

IEHP, Assistir (2021-) e SUS Gaúcho (2025-)



REDUÇÃO DAS FILAS DE ESPERA

SUS Gaúcho

- ▶ **Regulamentação:** diversas portarias da Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS), que disciplinam cada eixo de financiamento, critérios de habilitação, metas, indicadores e repasses financeiros.
- ▶ **Objetivo:** aumento do financiamento estadual e da qualificação da rede de atenção, com a redução das filas de espera aos serviços do SUS.
- ▶ **Fonte de financiamento:** Tesouro do Estado, a partir dos recursos adicionais gradualmente acrescentados ao orçamento da SES, conforme Acordo com Ministério Público Estadual (2025-2031).
- ▶ **Critérios técnicos:** contratualização de serviços com base em critérios técnicos que avaliam a demanda assistencial reprimida, as necessidades regionais e a capacidade instalada da rede, complementando os contratos já existentes entre gestores e prestadores com metas e compromissos assistenciais.
- ▶ **Pagamentos pelos serviços:** repasse de recurso com valor pré-fixado ou pós-fixado, conforme critérios estabelecidos em portarias específicas de cada tipo de serviço, condicionada a habilitação e o pagamento ao cumprimento dos requisitos do Programa.

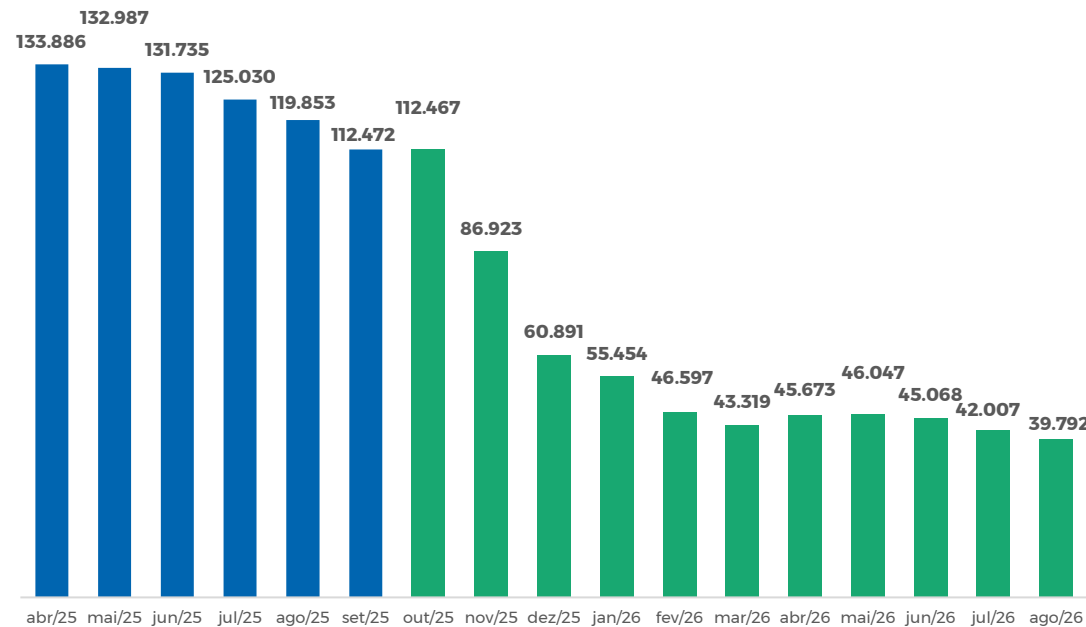
▶ **Mais informações:**
[Programa SUS Gaúcho](#)



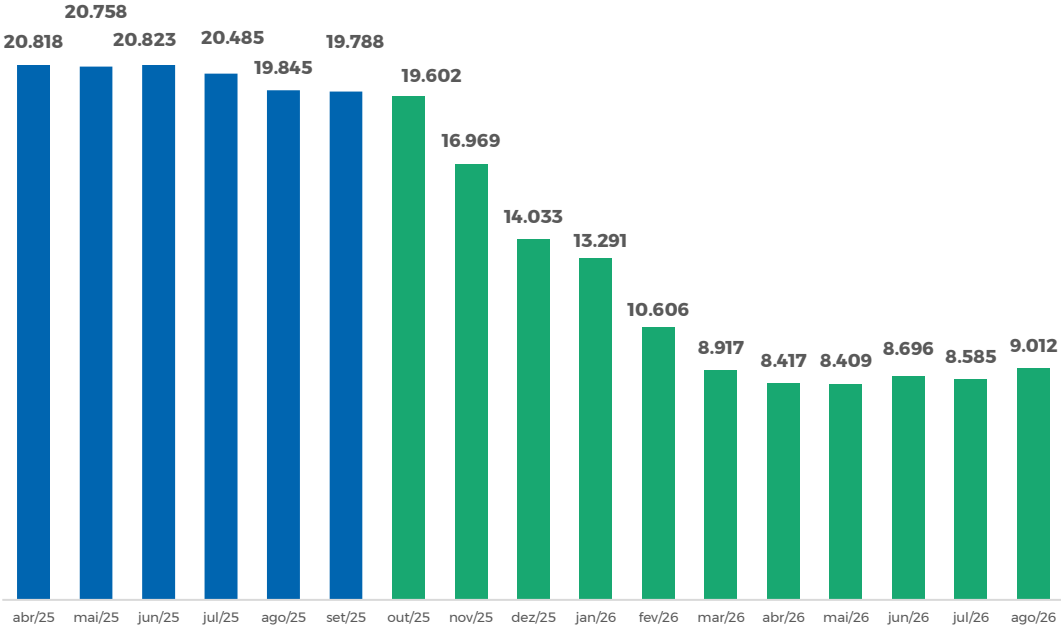
REDUÇÃO DAS FILAS DE ESPERA

SUS Gaúcho

Fila da oftalmologia geral adulto - GERCON



Fila da ortopedia joelho - GERCON



■ Antes do SUS Gaúcho ■ Com o SUS Gaúcho



REDUÇÃO DAS FILAS DE ESPERA

PPP Novo Hospital de Viamão

Projeto em alteração. Definição e próximos passos em diálogo com Governador Eleito.

- ▶ Construção, manutenção e operação, incluindo serviços médicos.
- ▶ Hospital 100% SUS integrado à rede estadual.
- ▶ Procedimentos eletivos e pronto atendimento encaminhados pela SES.
- ▶ 350 leitos de média e alta complexidade.

▶ **Mais informações:**
[RS Parcerias](#)



6.

DESENVOLVIMENTO

GARGALOS DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO

- 1. Envelhecimento e perda de população.**
- 2. Necessidade de atrair novos investimentos, expandir mercados e apoiar a manutenção e o crescimento das empresas já estabelecidas – com estratégias outras que não apenas incentivos tributários.**
- 3. Gargalos logísticos**
- 4. Baixa produtividade e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos.**

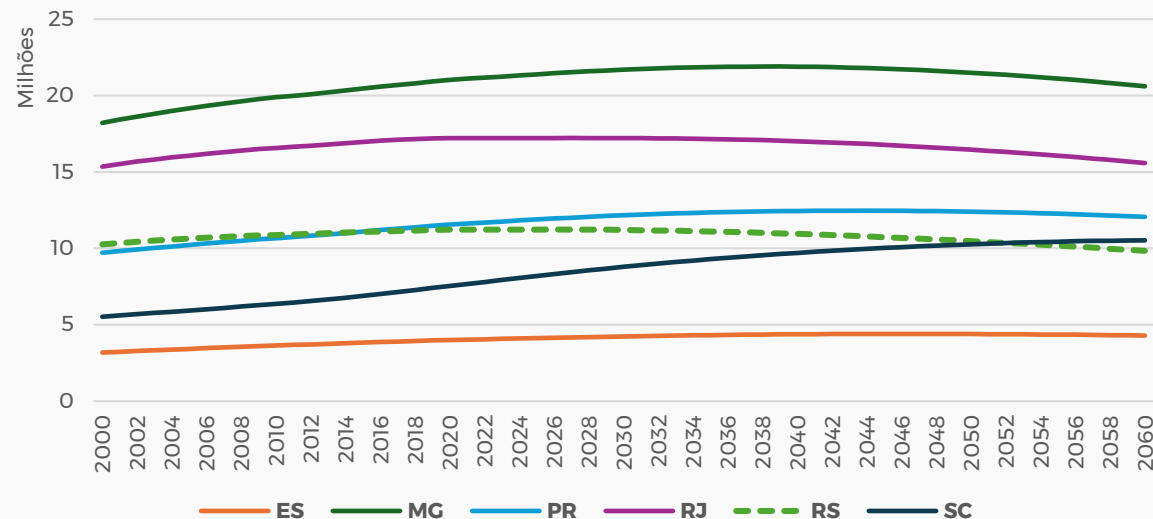
DESAFIO DEMOGRÁFICO

Perda populacional e envelhecimento

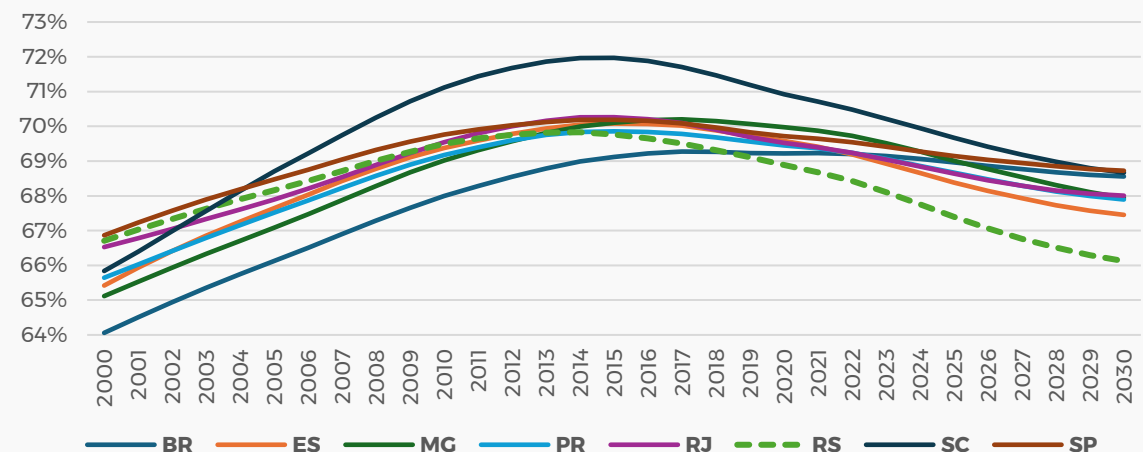
- ▶ Mudanças demográficas impactam diretamente nossa **capacidade de crescimento** econômico, além de demandar **políticas públicas focalizadas**.
- ▶ RS inicia perda populacional em 2027.
- ▶ Participação da **população potencialmente ativa** (PPA, 16-64 anos) começou a **cair em 2015**.

Fonte: DEE/SPGG/RS, com dado do IBGE (Projeções Populacionais - Revisão 2024).

População total em estados selecionados
(2000-2060, est.)



Participação da pop. 16-64 anos no BR e
UFs do Sul e Sudeste (2000-2030)

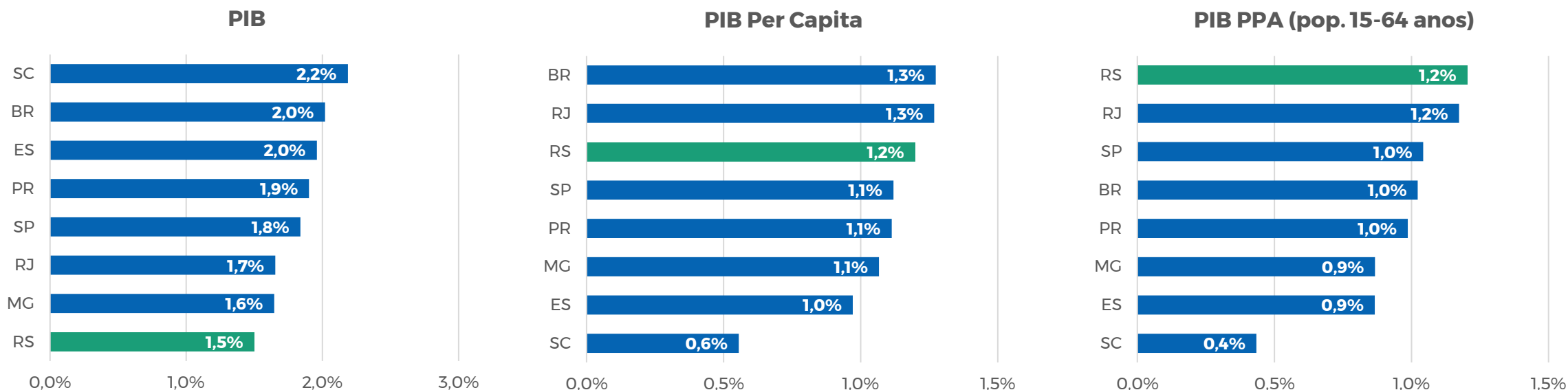


PRODUTIVIDADE E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Sem bônus demográfico, agenda econômica no RS necessariamente tem que tratar de aumentar a produtividade da economia

► Apesar da economia gaúcha ter crescido pouco, desempenhamos bem em produtividade.

Crescimento anual médio composto no Brasil e em estados do Sul e Sudeste (2005 a 2023)



PRODUTIVIDADE E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

- ▶ **Regulamentação:** Decreto Estadual nº 58.274/2025.
- ▶ **Foco setorial:** 12 setores com maior potencial para alavancar o crescimento do PIB gaúcho.
- ▶ **Prioridades estratégicas:** 41 iniciativas dentro de 5 áreas habilitadoras de competitividade: capital humano, inovação, ambiente de negócios, infraestrutura e recursos naturais.
- ▶ **Elaborado a muitas mãos:** empresas, entidades, servidores + apoio da Consultoria McKinsey.

- ▶ **Mais informações:**
[Cartilha do Plano](#)



ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROMOÇÃO COMERCIAL

Invest RS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

- ▶ **Regulamentação:** Lei Estadual nº 16.076/2023 e Decreto Estadual nº 57.548/2024.
- ▶ **Formato:** serviço social autônomo.
 - Entidade de direito privado que segue as regras e os padrões do mercado (mais ágil do que o público).
 - Similar a outras agências no Brasil, como SP, MG, SC, PR.
 - Contratação por seleção pública técnica.
 - Estrutura de financiamento aberta ao privado.
- ▶ **Serviços:** inteligência de mercado, apoio ao investidor, serviços ao exportador.
- ▶ **Atuação nacional e global:** escritório em São Paulo e representação em Xangai.

- ▶ **Mais informações:**
[site da Invest RS](#)



LOGÍSTICA RODOVIÁRIA

Infraestrutura rodoviária deficitária atrasará desenvolvimento

- ▶ Na Região Sul, o RS tem o **pior estado geral das rodovias**, com o menor percentual de rodovias ótimas e boas (27%) e o maior percentual de ruins e péssimas (26,3%).
- ▶ **Custos operacionais** devido à qualidade do pavimento são, em média, **53,6% maiores no RS**.

Fonte: CNT – Pesquisa CNT de Rodovias 2025.

Concessões rodoviárias

▶ Bloco 1 (Região Metropolitana e Serra)

Estudos de modelagem.

- **470 KM DE RODOVIAS**

- ERS-020 ◦ ERS-118 ◦ ERS-239
- ERS-115 ◦ ERS-235 ◦ ERS-474

▶ Bloco 2 (Vale do Taquari e Região Norte)

Projeto em alteração. Definição e próximos passos em diálogo com Governador Eleito.

- **409 KM DE RODOVIAS**

- ERS-128 ◦ ERS-130 ◦ ERS-324
- ERS-129 ◦ ERS-135 ◦ RSC-453

▶ Mais informações: [RS Parcerias](#)

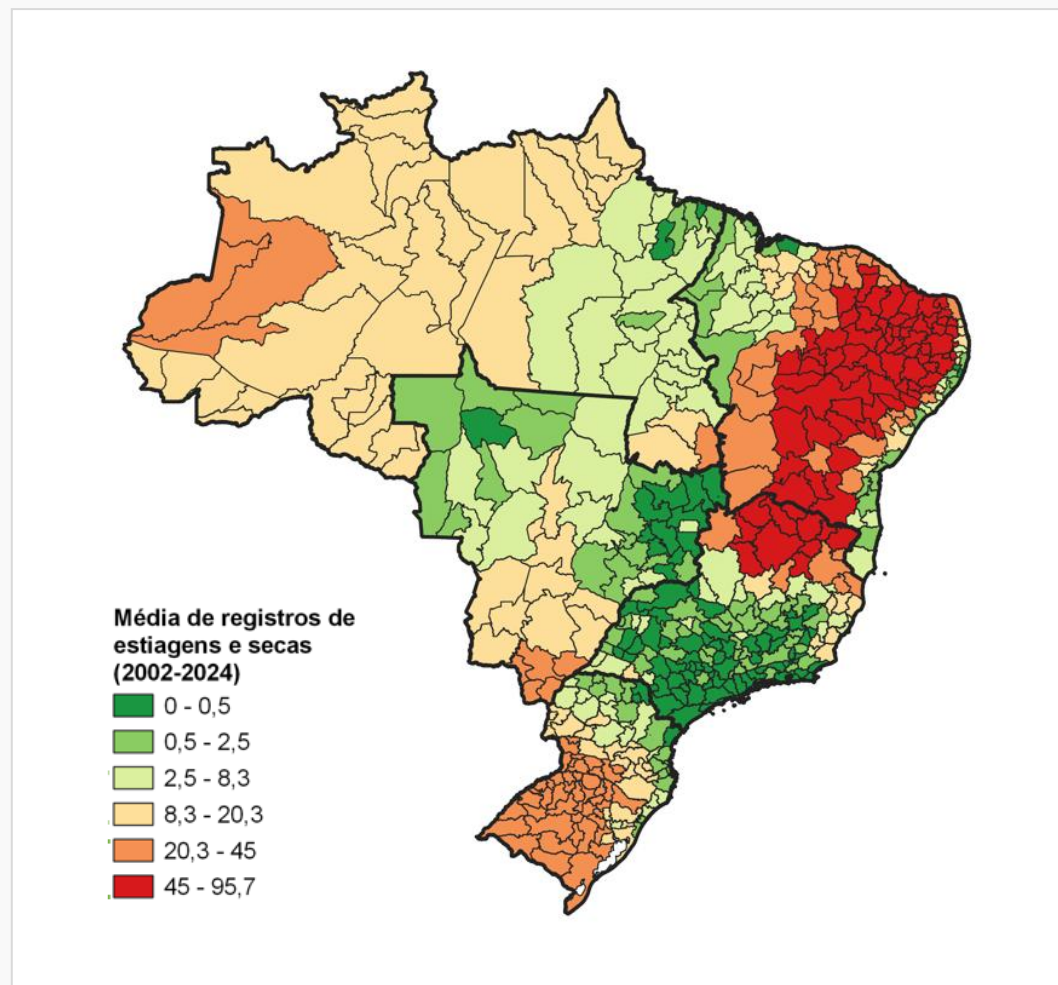


VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Com exceção dos estados da Região Nordeste do Brasil, o RS é a UF com maior incidência de estiagens e secas

- ▶ **Noroeste do RS** é uma das regiões brasileiras com **maior variabilidade na produção** em razão da recorrência de **estiagens**.
- ▶ O **baixo dinamismo** econômico causado pelas estiagens também aguçá **perda populacional**.

Ocorrência anual média de estiagens e secas nas regiões geográficas imediatas - 2002-2024



*Fonte: MIDR, Atlas Digital de Desastres no Brasil.

Nota: dados ponderados segundo o número de municípios de dada Grande Região.



VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Elevada volatilidade econômica por conta das quebras de safras

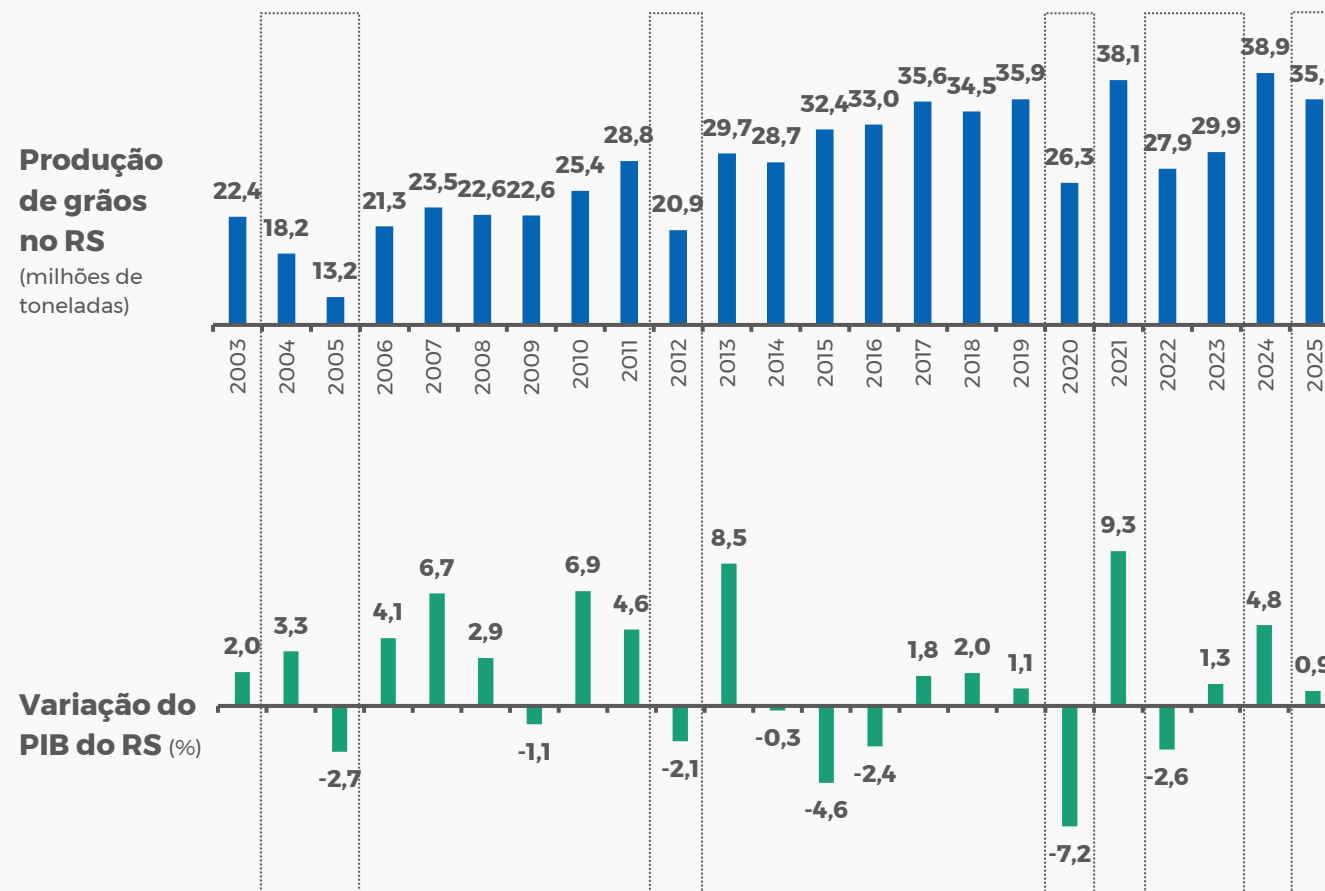
- Desde 2003, já foram 7 grandes estiagens (2004, 2005, 2012, 2020, 2022, 2023 e 2025) – **quatro apenas nos últimos seis anos.**

Fonte: Portal de Informações Agropecuárias, Séries Históricas de Grãos (CONAB); PIB Trimestral (SPGG/DEE).

Nota 1: As áreas hachuradas do gráfico representam os anos em que ocorreram estiagens severas.

Nota 2: dados de produção de grãos apurados em fev./26.

Produção de grãos e variação no PIB do Rio Grande do Sul (2003-2025)



EXPANSÃO DA ÁREA IRRIGADA

Irriga+RS SUBVENÇÃO AO PRODUTOR

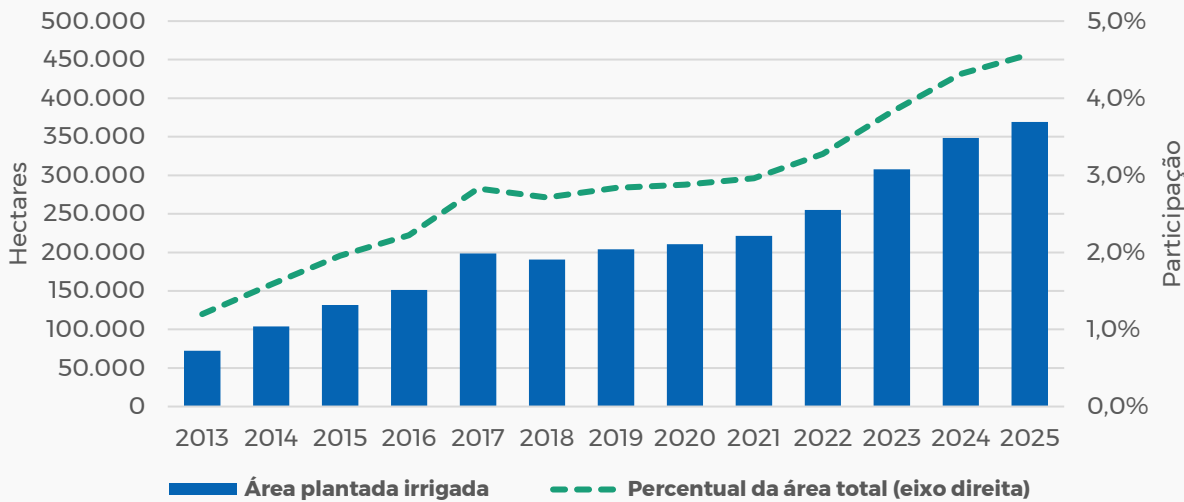
- **Regulamentação:** Resoluções CONSEMA nº 554/2026 e nº 556/2026 (dispensa de licenciamento).
- **Formato:** subvenção de 20% do projeto, pago diretamente ao produtor rural, até limite de R\$ 150 mil.
- **Fonte:** Tesouro do Estado/FRH.
- **Mais informações:** [portal do Irriga+RS](#)



⚠️ LIMITAÇÃO

► Capacidade de contratação de crédito pelo produtor e *funding* para ampliação do programa.

Evolução da área irrigada de culturas de sequeiro no RS e participação no total (2013-2025, ha, %)



Ganhos de produtividade entre áreas irrigadas e não irrigadas em culturas selecionadas no RS (média 2013-2025)

Cultura	Produtividade média em área seca (kg/ha)	Produtividade média em área irrigada (kg/ha)	Ganho de produtividade
Soja	2.603	3.393	30%
Milho (grão)	5.557	10.297	85%
Fumo	1.416	1.763	25%
Feijão	2.021	2.574	27%

Em 2022, com estiagem severa, o ganho de produtividade foi de 200%

Fonte: DEE/SPGG/RS, com dados do Reagro-RS (2026).



VULNERABILIDADE CLIMÁTICA E DESENVOLVIMENTO

RS não dispõe de instrumentos para enfrentar estruturalmente o desafio das secas e estiagens

- ▶ RS não tem acesso aos **R\$ 70 bilhões anuais** aportados entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste via **fundos constitucionais**.
- ▶ **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)** aloca recursos em regiões de dinamismo e rendas **superiores às regiões do RS** – sobretudo no Centro-Oeste.
- ▶ **Se o RS fosse elegível** aos fundos com recursos em proporção per capita equivalente, o estado poderia ser destino de **até R\$ 6,5 bilhões** anuais.

Pleitos do RS junto à União e ao Congresso Nacional (estudos apresentados e oficiados)



- ▶ **Revisão da metodologia da PNDR e do escopo e da abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento, com inclusão da Região Sul.**

Apresentado ao MIDR e MPO em 11/03/2026.



- ▶ **Prorrogação temporária do serviço da dívida para implementação de medidas estruturantes de expansão da irrigação.**

Apresentado ao MAPA em 11/03/2026.

* PEC 231/2019 + PEC 27/2023 (Fundos Constitucionais de financiamento para as Regiões Sul e Sudeste e ampliação em 1% dos repasses da União ao FPM): em tramitação na Câmara de Deputados.



7.

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

DESAFIOS DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

1. Aumento da recorrência e da intensidade de eventos climáticos extremos no estado, especialmente chuvas, mas também estiagens.

- ▶ Atuação integrada, multissetorial e multinível para diagnóstico, preparação, resposta, restabelecimento, reconstrução e resiliência.
- ▶ Implantação e manutenção de sistemas de proteção contra cheias.

SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA CHEIAS (SPCC)

MEDIDAS ESTRUTURAIS (1/2)

- **Obras de engenharia:** atuam diretamente na contenção ou desvio da água, tais como diques, canais de drenagem, casas de bombas, reservatórios e comportas.
- **Financiamento:** Funrigs (atualização de anteprojetos e apoio a projetos executivos e obras), Firece (anteprojeto, projeto executivo, estudos ambientais e obras) e PAC (anteprojetos e estudos ambientais).

GESTÃO DAS ÁGUAS

- **Projetos de Lei: novo Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH) e criação da Autoridade das Águas (Águas RS).**

Eldorado do Sul	Arroio Feijó	Gravataí
Atualização do anteprojeto (Funrigs): R\$ 3,7 milhões. - Entrega dos produtos concluída em abr/26. Projeto executivo e obra: R\$ 1,02 bilhão (R\$ 728 milhões Firece + R\$ 300 milhões Funrigs). - Publicação de edital: out/26. - Previsão de conclusão da obra: jun/31.	Atualização do anteprojeto (Funrigs): R\$ 3,7 milhões - OIS assinada em set/26. - Previsão de entrega (9 meses): jun/27. Projeto executivo e obra (Firece): R\$ 2,5 bilhões - Publicação de edital: agosto de 2027. - Previsão de conclusão da obra: outubro de 2031.	Complementação e atualização dos anteprojetos e estudos ambientais (Funrigs): R\$ 5,7 milhões - Edital publicado em ago/26. - Previsão de entrega: out/2027. - Previsão de conclusão EIA/RIMA (com Licença Prévia): abril de 2028. Projeto executivo e obra (Firece): R\$ 450 milhões - Publicação de edital: agosto de 2028. - Previsão de conclusão da obra: outubro de 2031.

SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA CHEIAS (SPCC)

MEDIDAS ESTRUTURAIS (2/2)

- **Obras de engenharia:** atuam diretamente na contenção ou desvio da água, tais como diques, canais de drenagem, casas de bombas, reservatórios e comportas.
- **Financiamento:** Funrigs (atualização de anteprojetos e apoio a projetos executivos e obras), Firece (anteprojeto, projeto executivo, estudos ambientais e obras) e PAC (anteprojetos e estudos ambientais).

GESTÃO DAS ÁGUAS

- **Projetos de Lei: novo Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH) e criação da Autoridade das Águas (Águas RS).**

Sino	Caí	Taquari-Antas
Complementação e atualização dos anteprojetos e estudos ambientais (Funrigs): R\$ 12,2 milhões (02 Lotes) • Edital publicado em ago/26. • Previsão de entrega: out/27. • Previsão de conclusão EIA/RIMA (com Licença Prévia): abr/28. Projeto executivo e obra (Firece): R\$ 1,9 bilhão • Publicação de edital: setembro de 2028. • Previsão de conclusão da obra: outubro de 2031.	Complementação e atualização dos anteprojetos e estudos ambientais (Firece): R\$ 14,5 milhões. • Edital publicado em jun/26. • Previsão de entrega anteprojeto: outubro de 2027 • Previsão de conclusão EIA/RIMA (com Licença Prévia): junho de 2029.	Desenvolvimento de anteprojetos e estudos ambientais (PAC): R\$ 16,2 milhões • Previsão de assinatura de OIS: novembro de 2026. • Previsão de entrega: julho de 2029.

ATUAÇÃO INTEGRADA, MULTISSETORIAL E MULTINÍVEL

SIEPDEC

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

- ▶ **Regulamentação:** Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (LC nº 16.263/2024) e SIEPDEC (Decreto Estadual 58.486/2025).
- ▶ **Governança intersetorial:**
 - Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (COEPDEC);
 - Gabinete Integrado de Gerenciamento de Desastres (GIGED);
 - Setoriais de Proteção e Defesa Civil.
- ▶ **Estruturas de atuação estadual e regional – obras em andamento:**
 - **Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD).**
Previsão de conclusão: mar/27.
 - **Centros Regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (CRGIRDs).**
Previsão de conclusão: Lajeado (set/27), Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Santo Ângelo (out/27), Caxias do Sul (nov/27).
 - **Centro Estadual de Logística Humanitária (CELOG).** Previsão de conclusão: out/27.
- ▶ **Atuação multinível:** apoio às ações de preparação, resposta e restabelecimento dos municípios gaúchos, por meio do Fundo a Fundo da Defesa Civil – FUNDEC/RS (Lei nº 13.599/2023 e Decreto nº 57.292/2023).

▶ **Mais informações:**
[Defesa Civil](#)





GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Obrigado

Eduardo Leite

Governador do Estado do Rio Grande do Sul



@governo_rs



@governo_rs



/governodoRS



/governors



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Panorama RS

DESAFIOS ESTRUTURAIS E POLÍTICAS DE ESTADO

OUTUBRO | 2026

